

# EM TEMPO:

Quinzenário Nacional • Nº 178 • Ano VI • De 22 de setembro a 5 de outubro de 1983 • Cr\$ 150,00

Nesta edição, as decisões da primeira reunião da direção da Central Única dos Trabalhadores, marcando a data da greve geral para o dia 25 de outubro, prazo final para a aprovação do decreto-lei 2.045. E também uma longa entrevista com Jair Meneguelli, coordenador geral da central. Agora é jogar todas as forças na preparação da greve (pags. 8 e 9)



**EXCLUSIVO**




**ENTENDA O RACHA DO PC**

A primeira parte de uma longa entrevista com três membros da "corrente renovadora do PC", revelando, de forma inédita, os meandros do racha (pág. 13)

**Vem aí o controle da natalidade**



Documento prova que esta é uma exigência do FMI. E o governo já prepara campanha para os próximos meses (pag. 11)



**EXECUTIVA NACIONAL DISCUTE A QUESTÃO DO PODER**

Analisando o debate travado na última reunião do diretório nacional do partido, Weffort, em longa entrevista, recoloca bases novas para o debate (pag. 6).

**Saques agitam Rio de Janeiro**

A epidemia da fome está em todo o país. No rio, enfrentando a violência da polícia de Brizola, multiplicam-se os saques aos supermercados. Um sinal dos tempos. (pg. 3)



EDITORIAL

O PT e o poder

A discussão travada na última reunião da Executiva Nacional do Partido tem uma importância muito particular para o seu futuro, para a superação de seus impasses. Em grandes linhas, esta edição traça os caminhos desta discussão, que deverá voltar para um exame mais detalhado na direção do partido, ao entrevistar o recém eleito secretário-geral do PT, Francisco Weffort.

Weffort alinhava praticamente três grandes preocupações. A primeira delas é com o momento político atravessado pelo país que prevê grandes enfrentamentos, embates, rupturas. A partir daí, ele retira a conclusão da necessidade de abandonar uma visão estratégica que joga para um futuro indeterminado as questões relacionadas ao poder em nome de um processo de acumulação de forças dominado por um caráter de resistência. Por fim, levanta a importância tática da bandeira da Assembleia Constituinte e sua vinculação com a luta pelas eleições diretas, a partir de um novo bloco de alianças.

A importância deste debate no interior do partido, que deve amadurecer até a convenção nacional, está no fato de sintonizar o PT com os grandes acontecimentos que sacodem o país e se relacionam diretamente com o destino de milhões de trabalhadores. De um lado, a crise econômica e a política do arrocho que tem multiplicado em todo o país os saques e ações espontâneas como última e desesperada reação de uma população trabalhadora acuada e sem alternativas de sobrevivência.

De outro, a exitosa experiência do movimento operário ao realizar o seu primeiro ensaio de greve geral no pós-64, seguido da fundação da Central Única. E o desafio da preparação unitária e mais ampla possível da greve geral no dia 25 de outubro como forma de barrar a aprovação do decreto-lei 2.045.

E, por fim, os impasses profundos que acometem a ditadura militar os quais têm ocupado as páginas dos jornais diariamente durante todo este ano e que estão, com certeza, longe de serem resolvidos. Some-se a isso o espantoso desgaste dos principais governadores da oposição burguesa frente aos leitores que neles confiaram para resolver os seus problemas.

É muito corrente no interior do PT o raciocínio que retira das dificuldades até cotidianas de funcionamento do partido, de seu caráter nascente, de suas debilidades a conclusão de que o PT não pode se propor as grandes tarefas. Que colocá-las hoje é um desvio vanguardista ou de "iluminados", mas, pelo contrário, e vimos insistindo nisso há algum tempo, que é principalmente politizando o movimento colocando a questão do poder que o PT colará os seus esforços ao que anda nas cabeças, de um modo certamente ainda impreciso e desarticulado, dos flagelados do nordeste, aos saqueadores e aos operários que vão à greve mesmo contra toda a pressão do desemprego e da repressão.

É preciso já mudar o país. E não se faz isso sem mudar o poder.

Pesquisa revela o desgaste das oposições burguesas

A popularidade dos governadores dos estados de São Paulo, Minas, Rio e Paraná caiu fortemente de maio até hoje.

S eis meses após as eleições, os governos de estados onde a oposição ganhou vem sofrendo violento desgaste perante a população. É o que revela a pesquisa de opinião realizada pelo jornal Folha de São Paulo e publicada no último dia 18 de setembro. Tal pesquisa já fora realizada no mês de maio para avaliar os dois primeiros meses das administrações oposicionistas.

O resultado atual demonstra um aumento considerável do descontentamento e da frustração diante do desempenho dos governos de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo, como mostram os dados a seguir:

A porcentagem dos que acham que o governo Montoro é pior do que esperavam quase triplicou (de 12,4 para 37,1); e os que acham o governo melhor do que esperavam caiu para a metade (de 17,6 para 8,1). Dados mais detalhados publicados pelo mesmo jornal indicam ainda que mais de um terço entre os próprios eleitores peemedebistas (35,6%) acham o governo pior do que esperavam e apenas 42,5% não estão surpreendidos, ou seja, esperavam que as coisas acontecessem mais ou menos como vem acontecendo.

Para Brizola a situação não é mais amena: quadruplicou o número dos que acham o governo pior do que esperavam (de 5,7 para 20,5) enquanto o número dos que acham o governo melhor do que esperavam caiu quase para a metade (de 43,8 para 28,3). As mesmas tendências podem ser vistas nos resultados da pesquisa para Tancredo Neves em Minas e de José Richa no Paraná.

A pesquisa da Folha foi realizada por amostragem nas quatro capitais e se desdobra ainda em relacionar os dados levando em conta em que partido o entrevistado votou, a zona em que reside e o seu nível de renda. Desses dados o mais importante é o que aponta menor frustração com esses governos nos bairros classe A com maiores níveis de



O que você acha do governo do Estado, nestes 6 primeiros meses após a posse?

AVALIAÇÃO	São Paulo		Rio de Janeiro		Belo Horizonte		Curitiba	
	MONTORO		BRIZOLA		TANCREDO		RICHIA	
	MAIO %	HOJE %	MAIO %	HOJE %	MAIO %	HOJE %	MAIO %	HOJE %
Está melhor do que esperava	17,6	8,1	43,8	28,3	39,5	14,0	22,9	19,2
Nem melhor nem pior do que esperava	40,8	39,4	32,2	36,6	43,5	37,0	30,9	27,9
Está pior do que esperava	12,4	37,1	5,7	20,5	11,5	33,3	13,9	30,4
Não esperava nada	6,4	10,7	5,3	6,6	6,5	7,0	2,4	5,5
Não sabe	22,8	4,7	12,8	8,0	13,0	8,7	20,9	17,0

Em relação a maio (área cinza), aumentou o número dos que consideram o desempenho pior do que esperavam

renda e que votaram na oposição. No Rio de Janeiro, por exemplo, o maior prestígio de Brizola está na zona sul (31,5% dos entrevistados se surpreenderam com a boa qualidade de seu governo, caindo para 28% na zona norte e 25,5% no centro).

O que a pesquisa demonstra já era possível de se prever. Há, de fato, uma enorme distância entre as ilusões de mudanças que estes governadores encarnaram aos olhos de milhões em 15 de novembro e a capacidade que têm, por seus compromissos de classe, de levá-las adiante. A crise econômica, apontada por Montoro em uma entrevista como o causador de seu desgaste, funciona no velho papel do bode expiatório. Ela existia como fato central já antes e durante as eleições. E, o que ela faz é

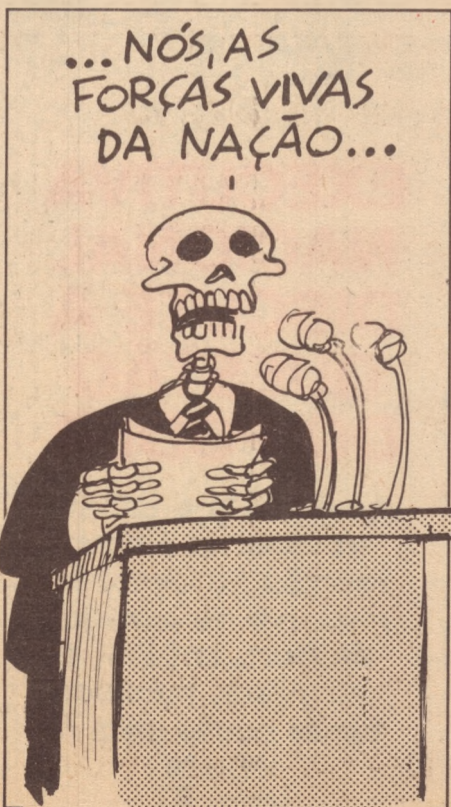
simplesmente por em cheque, de maneira mais direta, promessas e cobranças.

Os governos das oposições têm primado por meter os pés pelas mãos continuamente. Todos eles recusaram a convocação de eleições diretas para prefeitos nas capitais; frustraram as expectativas dos servidores estaduais de terem seus salários ao menos reajustados de acordo com a inflação; lançaram mão do expediente do empreguismo como antes e, pior, usaram da polícia para reprimir greves.

Mas, sem dúvida, o elemento central que responde pelo seu desgaste é a atitude diante do governo federal. Todos estes governos, sem exceção, tem conciliado com a ditadura em um momento em que a esmagadora maioria do país, a população trabalhadora, aspira o seu fim.

Sucessão

As manobras de Tancredo e Brizola



O governador Tancredo Neves continua trabalhando a tese de um candidato de consenso, passando por cima da proposta de uma campanha por eleições diretas do PMDB a qual, aliás, até agora, não veio à luz. No dia 15 de setembro, ele declarou a imprensa que "está disposto a subir a rampa do Planalto, tão logo seja convocado para conversar com o presidente João Figueiredo sobre o problema da sucessão". De acordo com ele, "a conversa com o presidente é para um entendimento entre as forças vivas da nação para encontrar uma solução de interesse comum".

O governador Brizola, por sua vez, vai mais adiante. Em recente entrevista, declarou que "a hora da oposição tomar a iniciativa de levar ao presidente Figueiredo uma proposta política, abrindo o diálogo nacional, já soou e não pode mais ser adiada". A sua proposta é que em 1985 seja eleito um presidente no colégio eleitoral com um mandato de dois anos, prevendo-se a convocação de eleições diretas para a presidência e para a renovação do Congresso unitariamente em 1987.

Para viabilizar a sua proposta, o

governador carioca já indicou que procurará o presidente do PMDB, Ulisses Guimarães. Por sua vez, Tancredo reúne esta semana no Palácio dos Mangabeiras, em Belo Horizonte, cerca de quinze dos 21 senadores peemedebistas.

Manobra escandalosa

As iniciativas de Tancredo e Brizola ganham um significado especial devido ao momento delicado que a ditadura vive na articulação do seu candidato para a sucessão. Após a volta de Figueiredo ao país, sucederam-se uma série de desentendimentos entre os vários grupos do Planalto. O certo é que a candidatura Andreazza, encaminhada com prioridade pelo governo Figueiredo, não consegue unificar nem o PDS nem as Forças Armadas. Restou a Figueiredo, o adiamento do lançamento da candidatura de Andreazza e uma ampliação das consultas em torno a qual nome apoiar.

O apelo dos governadores de Minas e do Rio vêm, assim, em socorro das dificuldades da ditadura em coordenar a sucessão. E assumem um sentido escandaloso de adesão quando o governo faz todo tipo de esforços para fazer passar o massacrante decreto-lei 2.045.

# A epidemia da fome

## Saques agitam o Rio de Janeiro

Os bairros cariocas de Realengo, Pe. Miguel, Ramos, Irajá, Parada de Lucas, Senador Camará, Vila Kennedy e Bangu, os municípios de Caxias e N. Iguazu foram palco, no último mês, de uma série de saques a estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios, principalmente supermercados.

A exemplo do que ocorre a dezenas de anos e com maior frequência nestes cinco últimos anos de estiagem no nordeste, o desemprego e a fome que se generalizam no país induzem também aos saques a população da periferia do Rio.

O governador Brizola, imediatamente, tentou vincular os saques a um suposto plano de desestabilização do seu governo e do governo federal. Assim falou Brizola, em entrevista ao programa "Haroldo de Andrade", da rádio Globo: "de repente, se fala abertamente de renúncia do presidente Figueiredo (...) um ambiente confuso poderá surgir e levar o presidente Figueiredo ao desgosto. E, renunciando Figueiredo, será que o vice assume? Quando vejo assaltos de madrugada a supermercados fico pensando que para isto precisa-se de muita estrutura e audácia".

Depois de acusar os saqueadores de roubar "uísque e bacalhau" e de fugir em camionetas, atribuiu ao jornal Última Hora o papel de "dar cobertura à baderna". O jornal, pertencente ao deputado Leo Simões (PDS), não veicula anúncios e é sustentado, segundo Brizola, pelo Min. Mário Andreazza, a quem o governador assegurou que irá procurar esta semana para que se explicasse. Da mesma forma, vinculou a eclosão do lock-out dos comerciantes de Madureira aos saques, como parte integrante do plano de desestabilização em curso.

### A coragem do povo

Paranóias e oportunismos políticos à parte, de fato pescadores de águas turvas e carreiristas burgueses de todo o tipo tentaram capitalizar politicamente o desgaste do governo populista. E, evidentemente, os saques representam para a burguesia uma ameaça à propriedade privada.

Rui Barreto, presidente da Associação Comercial e um dos principais sustentáculos do governador no meio empresarial (a diretoria da Associação Comercial almoçava semanalmente com o governador), exigiu publicamente de Brizola a garantia da ordem pública em matéria paga em todos os grandes jornais cariocas. Brizola, por sua vez, reuniu-se com Figueiredo e saiu do encontro afirmando que, caso considere necessário, "não se constrangerá em solicitar o apoio federal". O que, em bom português, significa que o governador não hesitará em chamar o exército, a marinha, a aeronáutica e os órgãos de informação para reprimir a população faminta. Isso após haver colocado nas ruas o conjunto das forças militares de que dispõe: PM, P2, DGIE, Polícia Civil e até mesmo os alunos da Academia de Polícia.

Os saques, que haviam se iniciado há cerca de um mês em Pe. Miguel e na Vila Kennedy, normalmente durante a madrugada, foram se generalizando nos bairros e cidades

**Grupos de desempregados, donas de casa e crianças enfrentavam a polícia diante dos supermercados. Eram dispersados, reagrupavam-se mais adiante. Recebiam bombas de gás, de efeito moral e cassetetadas, reagiam a pedradas, gritando: "temos fome, queremos comer".**

Por Sérgio Moura



O peso das armas contra o povo faminto

periféricas. Começaram a ocorrer durante o dia, culminando com enfrentamento direto com a polícia em diversos bairros, quando grupos de desempregados, donas de casa e crianças enfrentavam a polícia ao se concentrarem próximos a supermercados, depósitos de alimentos e padarias. Eram dispersados, reagrupavam-se mais adiante. Recebiam bombas de gás, de efeito moral e cassetetadas, reagiam a pedradas gritando: "temos fome, queremos comer".

Ao mesmo tempo, saques pipocavam em diversos estabelecimentos em toda a periferia da cidade. A polícia chegava e o ciclo repetia-se.

O policiamento ostensivo e a violência da repressão, prendendo diariamente dezenas de pessoas e intimidando outras, vem fazendo com que o movimento diminua de intensidade, embora esteja distante a perspectiva de que cesse por completo. Em um número menor de estabelecimentos e normalmente de madrugada continuam a ocorrer todos os dias.

Brizola tenta atribuir à extrema direita a iniciativa dos saques e, desta forma, busca ampliar à esquerda o apoio a seu governo. Ao mesmo tempo, utiliza-se dos saques e da ação enérgica que contra eles vem patrocinando para melhorar suas relações com o empresariado e com a ditadura.

## Comerciantes fazem lock-out

A agudização da crise econômica faz crescer nas grandes cidades o número de desempregados que tentam sobreviver vendendo nas ruas toda sorte de artigos. Os comerciantes do Rio elegeram os vendedores ambulantes, conhecidos por camelôs, como a causa da baixa dos seus lucros. Procuram esconder desta forma que ela se deve à queda do poder aquisitivo da população em decorrência do arrocho salarial.

Mas a hipocrisia dos comerciantes não ficou apenas em palavras. Precedido por uma "campanha de esclarecimento público" que contou com o apoio de diversas televisões e jornais, os comerciantes do bairro de Madureira realizaram no último dia 6 um lock-out conta os camelôs.

Pressionado o governo do estado apressou-se em fazer um cadastramento dos vendedores ambulantes. Além de ninguém saber quais critérios

foram usados, o cadastramento acabou favorecendo alguns comerciantes que colocam diversas bancas explorando deficientes físicos e aposentados pagando-lhes uma pequena diária. Para quem não conseguiu o crachá de autorização, o "socialista" Brizola mandou a polícia impedir de trabalhar. Ou seja, a velha política de acabar com o subemprego acabando com o subempregado.

### Luta espontânea

Esta forma de luta espontânea, demonstra que a insatisfação popular começa a impor soluções que se voltam contra a propriedade privada, embora ainda não dos meios de produção, mas da distribuição dos meios de consumo, em particular dos alimentos. Esse o motivo real do alvoroço dos empresários, das forças armadas e do seu governador. De imediato, essa forma de luta incipiente, sem objetivos estratégicos de disputa de poder político ou de controle da economia, conseguiram, a exemplo dos quebra-quebras de São Paulo, obrigar o governo estadual a organizar um programa de vendas de alimentos mais baratos à população carente (cestão do povo) e um programa de construção, em caráter de emergência, de dezesseite projetos habitacionais.

Mesmo que, a exemplo de São Paulo estes "planos de emergência" não passem de promessas visando esvaziar o movimento, o fato do governador ter sido obrigado a vir a público se comprometer com medidas só demonstra a preocupação com a radicalização da população faminta.

Embora importantes do ponto de vista do acúmulo de experiências de luta por parte da população faminta, é este um movimento espontâneo, sem direção e despolitizado, e como tal, tenderá a refluir ou a ser capitalizado para interesses de um ou outro setor burguês, como tentam fazer Brizola, a Associação Comercial e outros.

Procurar organizar a politização do conjunto das lutas contra a fome e o desemprego e dirigi-las no sentido no plano de lutas da CUT e da greve geral, é a tarefa que se impõe.

## Novos tiros nos salários

Do Palácio do Planalto, com base em seu poder de editar decretos-leis que entram sumariamente em vigor até o prazo de votação no Congresso, Figueiredo continua a bombardear os salários.

No último dia 15 de setembro, Figueiredo baixou decreto fixando em zero o índice de produtividade a ser concedido nos reajustes salariais já limitados a 80% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor pelo decreto-lei 2045 em vigor. O decreto impede que os Tribunais Regionais do Trabalho concedam, no julgamento dos dissídios coletivos, qualquer percentual acima do índice oficial, como vinha ocorrendo em casos isolados. A medida terá validade até o final do ano.

### A volta do 2024

Frente às crescentes dificuldades que vem encontrando para armar a aprovação do decreto-lei 2045, mesmo fazendo uso do decurso de prazo, o governo lançou o decreto-lei 2024. Um verdadeiro torpedo reserva, que veio surpreender o conjunto da oposição que se preparava para a rejeição do decreto-lei 2045.

O decreto-lei 2024 fixa em 100% o reajuste das remunerações até sete salários-mínimos; as remunerações entre sete e quinze mínimos serão reajustados em 100% do INPC até o limite de sete salários mínimos e o excedente em 80% do INPC; as remunerações entre

quinze e vinte mínimos serão reajustados em 100% do INPC no limite de sete mínimos com o excedente entre sete e quinze reajustados em 80% do INPC. O decreto, se aprovado, terá validade até agosto de 1985.

Quando do fechamento desta edição, estavam se esgotando os dias para que as bancadas oposicionistas conseguissem reunir em plenária mais da metade dos membros da Câmara Federal, impedindo assim que o decreto-lei 2024 passasse por decurso de prazo.

Esta possibilidade ficou ainda mais difícil após a nova reconciliação de Ivete com o PDS, prometendo que o PTB não apoiaria a rejeição do 2024.

# O país da sucata eletrônica

Por Régis Moraes

A revista americana *Executive Intelligence Review* publicou, em março deste ano, extenso artigo sobre os acordos FMI-Brasil, onde importantes e esclarecedores fatos e declarações vêm a público. O plano de estabilização do imperialismo ordena ao governo brasileiro que: "1) implemente grandes desvalorizações de 'impacto'; 2) reduza as importações em 17,5% em relação aos níveis de 1982 e em 40% em relação a 1980; 3) destrua a força de trabalho brasileira através de mudanças no sistema de reajustes salariais e de índices fraudulentos; 4) reduza o crescimento da população; 5) imponha o 'fim dos projetos industriais de grande porte', nas palavras do representante do FMI para o Brasil; 6) elimine US\$ 10 bilhões em crédito subsidiado à agricultura e indústria; 7) encoraje 'investidores estrangeiros' e arrematadores de ativos para adquirir o controle de empresas públicas e privadas com carência de capital".

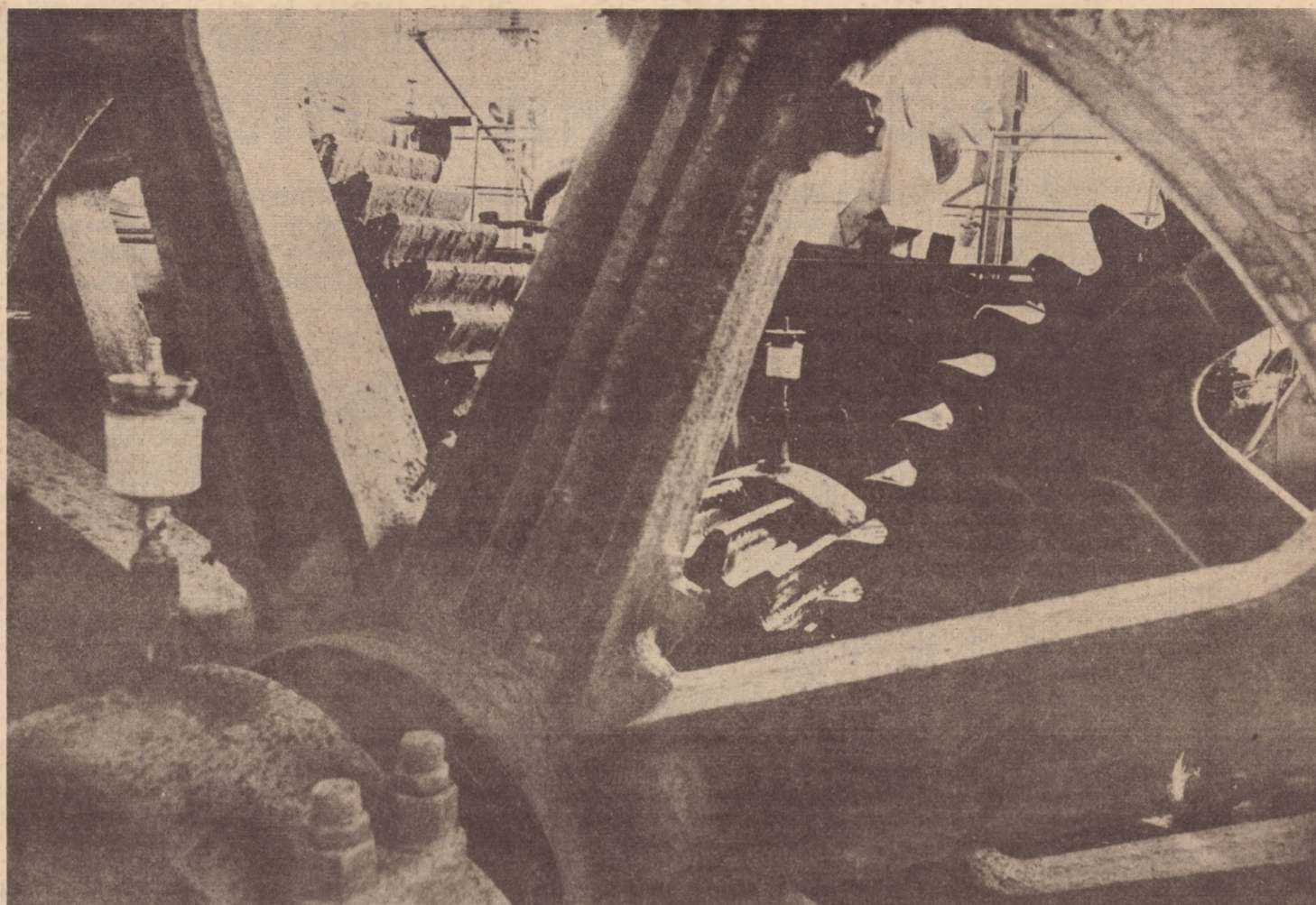
Veja as causas e as consequências dessa política, neste drama em dez capítulos.

## I — Que país é este?

Que país é este? Um brasileiro que tivesse adormecido em 1956 ou em 1964 e que somente agora despertasse faria, com certeza, esta pergunta. Se esperasse por mais um ou dois meses, com moratória ou sem ela, teria razões para fazer a pergunta de novo. E encontraria uma outra resposta.

A completa internacionalização da economia brasileira transformou tudo que aqui se produz e consome em parte integrante de uma complexa rede que se amarra nas metrópoles capitalistas do planeta. A deliberada política econômica do regime militar, aprofundando essa abertura ao exterior, somada a uma estratégia desenvolvimentista endividada, leva agora a uma situação de insolvência.

Recentemente, o ex-ministro Simonen declarou que a moratória seria desastrosa, porque o Brasil não teria reservas internacionais com que pagar à vista a importações, inclusive petróleo. Realmente, as nuvens negras que prenunciam o outubro brasileiro desenham nos céus uma imagem digna de civilizações decadentes e em pedaços: imaginemos por exemplo os 9300 veículos coletivos que conduzem a população paulistana... parados por falta de combustível. Hoje a Petrobrás refina perto de 1,045 milhão de barris de petróleo por dia, dos quais apenas 322 mil são extraídos dentro do país.



Jesus Carlos

## II — O gigante sucateado

O país sucateado seria porém ainda mais trágico e superaria qualquer imaginação, por mais fértil que fosse. Imagine o leitor por exemplo, se se torna verdade a ameaça terrificante contida nos jornais de setembro: "governo admite suspender quase totalmente as importações a partir da 2ª quinzena de outubro, se as negociações com o FMI não forem concluídas". Apenas para assustar um pouco mais: a indústria farmacêutica depende de matérias primas importadas (50%), inclusive para produzir analgésicos, antitérmicos e rifampicina para tratamento de tuberculose. Os produtores de calçados de Franca, para exportar US\$ 100 milhões precisam importar perto de US\$ 4 milhões de borracha da Malásia, para os saltos. A indústria de fertilizantes ameaça entrar em colapso, sem condições de atender a demanda agrícola. O leitor certamente estará lembrado dos contrabandos (descobertos) de multinacionais da eletrônica e da química, no primeiro semestre deste ano, envolvendo vários trilhões de cruzeiros. Pode-se agora perceber de onde e por que vinham...

## III — Os projetos faraônicos

A tragédia atual é filha do milagre, quando a "potência emergente", a "ilha da prosperidade" dirigida por tecnocratas garantidos por metralhadoras, AI-5, cassações e torturas, projetou e montou um enorme parque industrial e energético que deveria sustentar e ser sustentado por um PIB de 10% ao ano. Sem essa expansão, que supostamente garantiria exportações milagrosas (numa economia mundial em crise e com altas doses de protecionismo!), tinha que dar nisso: sucateamento das máquinas e instalações e sucateamento de gente, reduzida à morte por fome ou desespero saqueador. Há cálculos de economistas que afirmam que só nos últimos três anos de recessão — uso ocioso desse enorme aparato produtivo nacional — se deixou de produzir mais ou menos US\$ 70 bi, para um país que, de 1970 a 1983, só de juros sobre a dívida pagou mais de US\$ 50 bi.

A ciranda faraônica foi puxada não apenas pela política industrial do governo, mas também pela política monetária, fiscal e pelas injeções de heroína nos projetos das estatais. O famoso e lastimado déficit do setor público representa nada mais que o resultado de governos de "grandes" obras e generosos subsídios diretos e indiretos concedidos ao empresariado. Tudo isso convenientemente sustentado por poupança externa e emissão de moeda, isto é, um verdadeiro imposto inflacionário, bomba de efeito retardado.

Nem tudo porém se fez antes de Figueiredo. O "Grande Carajás" é criatura da SEPLAN, a partir de um projeto agro-minero-industrial do ministro Cesar Cals, no início do governo Figueiredo: o complexo, incluindo a hidrelétrica de Tucuruí, alumínio da Albras/Alunorte, bauxita do rio Trombetas e outras mumunhas — previa investimentos de US\$ 36 bilhões, sem contar os empreendimentos paralelos.

## IV — O peso da dívida

As estatais e o setor público em geral tinham que dar nisso: endividamento em bola de neve. As dívidas externas anuais das estatais, no período 1979/83, conforme os dados da *Conjuntura Econômica*

(Fundação Getúlio Vargas) cresceu de Cr\$ 128,6 bi para 1731,7 bi! Repare o leitor, agora, na seguinte tabela:

	dívida externa líquida US\$ milhões	serviço da dívida US\$ milhões	proporção da dívida líquida com relação às exportações	serviço da dívida com relação às exportações (%)
1964	3.906	410	1,91	28,7%
1974	17.166	2.572	1,50	32,3%
1982	74.400	18.500	3,00	82,2%

Repare o leitor que a dívida líquida chega hoje a valer três vezes o montante das exportações e que o serviço da dívida (juros e prestações) absorve quase que todo o valor exportado. Curiosamente, as estatais começaram a emprestar mais que a empresa privada justamente quando (1974), diante de juros e taxas de risco mais altas no mercado de dinheiro internacional, as empresas privadas se retraíram. Assim, os empréstimos em moeda tiveram essa história:

	1972	1975	1980
empréstimos públicos	24,9%	50,4%	76,6%
empréstimos privados	75,1%	49,6%	23,4%

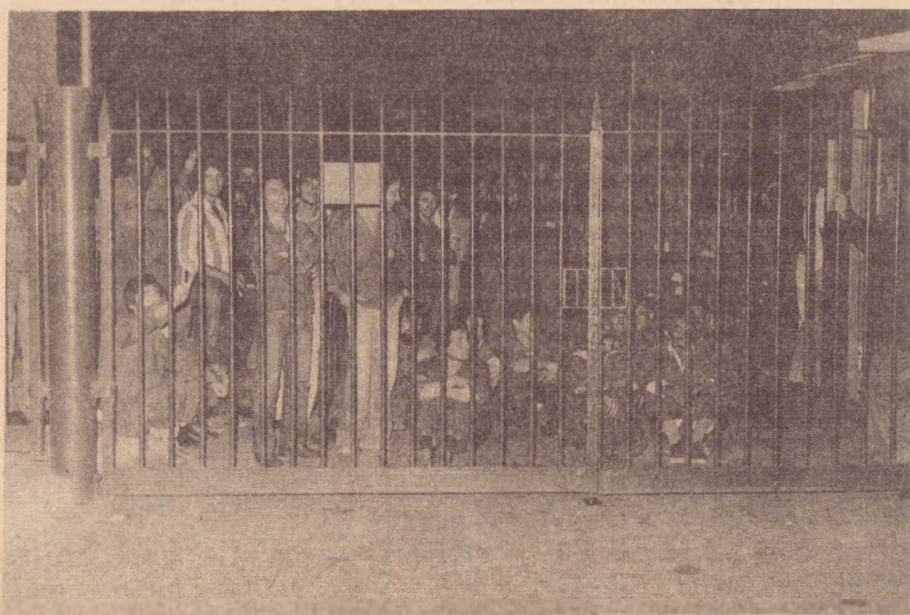
## V — Liquidar as estatais?

A saída então é sacrificar as estatais diante do altar santificado do capitalismo? O memorando técnico confidencial do FMI, datado de 11/2 diz que "o volume de investimentos pelas empresas estatais declinará de quase 13% este ano devido ao estado avançado de algumas grandes obras e a deliberada desaceleração de alguns projetos. As principais reduções foram programadas para os investimentos em siderurgia (-57%), obras viárias (-28%), hidroeletricidade (-23%) e energia nuclear (-22%)".

O altar não é porém tão santificado. O Estado e sua máquina para que serviram, neste período todo? O Estado, do ponto de vista econômico propriamente dito, cumpriu dois papéis fundamentais:

1.º as funções sociais (pesquisa, planejamento, transporte, saúde, educação, etc.) — isto é, essas despesas são "rachadas" pelos cidadãos, principalmente através dos impostos. Um racha, aliás, bem desigual, pois neste país as faixas mais altas de renda pagam menos impostos indiretos.

2.º sustentação do Capital Social



Fernando Augusto

Básico e de insumos intermediários, através de investimento em setores com maior imobilização de capital (grande escala, tecnologia cara, maturação mais lenta do investimento). Desse modo, o empreendimento estatal viabilizou um forte crescimento da indústria privada e aumentou seus lucros. Um bom exemplo é o complexo siderúrgico: a "sociedade" paga por anos de baixos custos para a empresa privada. As exportações de minérios siderúrgicos, por exemplo, cresceram, em toneladas, perto de 65% no período jan/maio de 83, comparado a jan/maio de 1982. Contudo, em dinheiro isso não representou mais que um acréscimo de 15%. A exportação de aço brasileiro cresceu (jan/agosto) 93,3% em tonelagem, comparado com o ano passado; contudo, isso significou o crescimento do faturamento de apenas 46,3%.

Nada de novo há nessa história. É a velha fórmula de socializar prejuízos e custos, mas privatizar lucros e vantagens. O que foi acumulado pelo capital privado, através dessa "mamata" nos recursos públicos, não se distribui. Mas os sacrifícios do pagamento da conta sequer distribuir.

### VI — Créditos e subsídios generosos

Coisa semelhante acontece com a orgia do crédito oficial. Mais da metade dos empréstimos ao setor privado são concedidos por instituições oficiais. Outra parte significativa é constituída por meros repasses do BNH, do Banco Central, BNDE, etc. Os dinheiros públicos e a poupança compulsória dos proletores (arroz, salários indiretos como FGTS, etc.) subsidia generosos créditos concedidos aos empresários. Recentemente, por exemplo, um deputado do PMDB levantou um desses casos escandalosos (e contudo rigorosamente legal). Trata-se de empréstimos a juros baixos (na verdade, juros negativos, isto é, abaixo da inflação, o que acaba significando que o devedor acaba recebendo, na verdade...) Foram concedidos ao sr. Admon Gannen, diretor de Relações Industriais da Volks e ex-diretor do Banco do Brasil. Entre outros negócios, ele, proprietário de terras na Bahia, sacou, em março de 1983, perto de Cr\$48 milhões em instituições oficiais a juros de 12% ao ano. Tudo absolutamente legal.

Tem mais. Recentemente foram retirados vários subsídios antes concedidos à agricultura. Pois bem, por que existiam os subsídios? Os preços agrícolas, em média, tiveram um crescimento de 358% no período janeiro 80/83. Os fertilizantes cresceram 382%, os preços de máquinas e equipamentos agrícolas 583%. Para fazer a agricultura uma atividade viável economicamente, o governo montava um complicado sistema de subsídios. Com a retirada desse

auxílio, que representava um peso espalhado pelo conjunto da sociedade (principalmente dos contribuintes em impostos, isto é, a plebe), ele será agora repassado para cair sobre os ombros de alguns setores sociais. Para ser mais claro, como os salários vão subir menos e bem menos que o custo de vida, os peões pagarão a viabilidade da agricultura, que por sua vez continuará dando lucro aos industriais e aos banqueiros.

### VII — Desdolarizar é preciso?

É justamente de um banqueiro que vem uma "séria" crítica à política econômica vigente: Olavo Setubal, presidente do Itaú. Pois bem, o que ele propõe? Um governo barato, austero, sem subsídios e desperdícios. Resta especificar se quem se beneficiou com a orgia de subsídios e incentivos devolverá a rapadura, inclusive o setor bancário, um dos mais rentáveis (senão o mais) setores do empresariado. A proposta mais recente de Setubal é aquela já defendida pelo economista Adroaldo Moura, da USP, que pretende alguma fórmula milagrosa de "transformar trabalho de baiano em dólar" (a expressão é dele mesmo!)

A solução de Setubal é a "desdolarização". Isto é, o governo assume as dívidas contraídas em moeda estrangeira pelas empresas, que pagariam em cruzeiros, transformando-se o governo assim num administrador global. Desse modo, as empresas teriam seu passivo desvinculado dos "sobressaltos" do dólar e poderiam planejar e crescer tranquilamente. O sobressalto passaria então ao Estado, e quando se fala em dívida do Estado já se sabe para quem vai sobrar.

### VIII — E quem paga a despesa da orgia?

Mas são soluções desse tipo — pela política salarial e pelas demais receitas do FMI — que o governo e empresários querem impor aos assalariados. A imposição do decreto 2045 — pacote genocida — é fulminante, se observarmos a estrutura da massa assalariada formalmente contratada (17,1 milhões), registrada pelo "censo" das Relações Anuais de Informações Salariais (RAIS-1981):

até 3 salários mínimos	67,3% dos assalariados	recebem 31,4% da massa salarial nacional
de 3 a 10 SM	27%	39,4%
de 10 a 15 SM	2,9%	10,2%
acima de 15 SM	2,8% (471.300)	19,0%

### IX — O plano dos militares... para os militares

A resolução apontada pelo regime e modelarmente exemplificada pelo decreto salarial mantém e aprofunda o modelo econômico do "milagre", conforme já tivemos ocasião de demonstrar (ET n.º 175 — O Pacote Atômico). Como porém o quadro atual é de recessão, crise de importações e tensões sociais, há, no Estado Maior das Forças Armadas, um "planejamento de mobilização industrial" adequado aos novos tempos.

Nesse estudo, concentram-se informações sobre duas mil empresas privadas, para serem reconvertidas e suprirem as forças armadas num esquema de economia de guerra. A Vigorelli, por exemplo, já fabrica metralhadoras 30. Com pequenas rápidas modificações, a linha da Singer passaria das agulhas para cartuchos de automáticas, a GE fabricaria blindados e assim por diante. Estima-se que 86% da indústria privada nacional poderia ser reconvertida em indústria de produtos indispensáveis numa situação militar de guerra (interna ou externa...). Resta investigar em que seriam transformadas as casas dos operários, hoje produzindo força de trabalho entregue, a domicílio, na porta das fábricas. E qual seria o crescimento da indústria de caixões de defuntos.



José Carlos

Entre militares, tecnocratas e FMI há porém algumas arestas a aparar. Há por exemplo a questão do controle demográfico. Há ainda a sucatação e internacionalização da indústria bélica brasileira e sua irmã tecnológica, a informática, que figuram entre as cinco maiores do mundo e constituem a menina dos olhos de vários estratos militares. Até certo ponto, questões como essas alimentam as escaramuças entre Delfim e o relatório Saraiva, General Adir Fiuza e outros.

### A saída existe?

Estamos diante de um país inviável, ou diante de uma inevitável terra de ocupação imperialista? Não. Sem dúvida,

as saídas implicam reconversões econômicas, sociais e políticas de enorme profundidade. Mas para mudar essa rota é preciso mais que projetos-emergência. Para que os planos de salvação não fiquem no papel, para que não constituam mais um tímido remendo elitista, utópico e de pernas curtas, verdadeiro atalho para o matadouro, é essencial a presença, na cena política, da classe operária, enquanto movimento organizado, combativo e militante. Pois toda e qualquer negociação de gabinete que ignore esse movimento é, na verdade, uma proposta atrasada que deixará o desespero dos esfomeados à mercê de aventuras e desdobros facilmente manipuláveis.



## Figueiredo acoberta corrupção

Se a cada acusação de corrupção dirigida aos ministros da área econômica for instaurado, por iniciativa deles, um processo de "calúnia", o Procurador Geral da República tem pela frente muito trabalho.

Delfim tomou a iniciativa no último dia 16 de abril abrir um processo contra o general da reserva Adyr Fiuza de Castro, pedindo o seu enquadramento nos artigos 139 e 140 do Código Penal. O general, um dos organizadores do Centro de Informações do Exército e figura de proa do esquema da tentativa de golpe militar encabeçada pelo ministro do Exército Silvío Frota durante o governo Geisel, deu entrevista aos jornais O Estado de São Paulo e Jornal da Tarde afirmando ter lido o famoso relatório Saraiva que contém acusações de corrupção de Delfim Neto quando embaixador brasileiro em Paris.

O coronel Raimundo Saraiva Martins, então adido militar na França, escreveu um relatório de circulação restrita na época em que acusava Delfim por "cobrar propinas de negócios feitos com banqueiros franceses". Mais concretamente pela intermediação de um empréstimo para a construção da hidrelétrica de Água Vermelha, Delfim teria cobrado dos banqueiros uma "comissão" de seis milhões de dólares.

Chamado a prestar depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito formada no Congresso que investiga o caso, o coronel Saraiva, alegando o Código de Disciplina do Exército, manteve-se calado. Por ordens superiores, não confirmou o que antes havia escrito.

### Coroa-Brastel

Outra figura processada pelos ministros da área econômica é o deputado federal capixaba, Teodorico Ferraço, um dos cabeças da ala dissidente do PDS e tido como ligado ao esquema de Maluf. O que Teodorico Ferraço fez foi simplesmente repercutir as confissões do empresário da Coroa-Brastel, Assis Paim Cunha, após o escândalo de sua corretora. Paim Cunha deu detalhes fartos de como os ministros da área econômica o estimularam a cometer todo tipo de fraudes nas relações com o Banco Central.

Teodorico Ferraço, pelas denúncias que divulgou, teve a sua audiência de reconciliação com Figueiredo cancelada.

A estas duas denúncias veio se juntar nos últimos dias, a informação divulgada pelo deputado peemedebista Antonio Faria de que a Cia. Vale do Rio Doce, empresa estatal, em negociação com a Japan Paer and Pulp Co., cedeu recentemente 70 milhões de dólares a esta última.



José Carlos

Em primeira mão!

# PT abre debate sobre questão do poder

Por Flávio Andrade

"A nova reflexão que começa a se desenvolver na direção nacional do partido, particularmente a nível de sua Comissão Executiva, tem origem, podemos assim dizer, no debate sobre a última resolução política aprovada pelo Diretório Nacional". (ver esta resolução no EM TEMPO n.º 175). Nestes termos Weffort registra o início da discussão, e prossegue: "aquela resolução confirmava a linha de luta de resistência popular do partido, uma linha que visa a derrubada da atual política econômica e o fim do regime militar e que propõe no seu lugar uma política econômica voltada para os interesses populares juntamente com uma nova ordem política democrática".

Para o novo Secretário Geral do PT, aquela resolução, apesar da pequena repercussão que teve, marca uma nova etapa no debate partidário: "no Diretório apresentaram-se a grosso modo três correntes, a que prevaleceu, majoritária (com a qual eu estava de acordo) com a linha de resistência; uma outra que propunha como alternativa um governo democrático com participação dos trabalhadores, o partido ampliando assim o espectro de suas alianças para o campo da burguesia média e da pequena burguesia; e uma outra visão que propunha como perspectiva a formação de um bloco de esquerda, o partido se voltando mais para a pequena burguesia radical e os segmentos de esquerda dos demais partidos".

**Nossa linha tradicional, de luta de resistência popular, já não é o bastante para enfrentar os novos dados da conjuntura do país.**

O interessante desta discussão no Diretório, ressalta Weffort, é que já naquela oportunidade de todo mundo se dava conta de que a proposta majoritária aprovada era "conscientemente incompleta, pois ela colocava uma alternativa de regime (regime democrático versus ditadura) mas não uma alternativa de governo; era assim uma abordagem incompleta da questão do poder. Pois se a luta de resistência também acumula poder para os oprimidos, por meio dos organismos que vão construindo, a mera resistência não chega a preencher todo o perfil do problema do poder. Tratava-se portanto de uma resolução política que requereria novas abordagens".

A partir desta discussão, a última reunião da Comissão Executiva Nacional voltou ao tema e deu novos passos. "O que estamos enfrentando agora é nada mais nada menos que a formulação de uma alternativa de governo para o partido, precisa Weffort, o que implica na definição rigorosa das bases sociais próprias de apoio nos trabalhadores e setores populares, na renovação partidária dentro do próprio PT e no estabelecimento do espectro de alianças sociais e políticas que devemos buscar".

A discussão na Executiva, ainda preliminar, chegou até este ponto, e deverá agora continuar nas seguintes amadurecendo uma proposta que breve deverá ir ao Diretório.

Mas, chamado a suscitar o debate, Weffort adianta posições, ainda que, particulares, que pretende colocar na sequência das discussões na Executiva. "Nós vamos provavelmente ter que decidir se buscamos um caminho mais para o lado das alianças com os liberais, ou mais para o lado das alianças com os segmentos de esquerda dos demais partidos, particularmente o PMDB e o PDT. É claro que nenhuma destas duas opções exclui a outra em absoluto; trata-se aqui de uma questão de definição de eixo central de alianças, de ênfase portanto".

Esta discussão não vem gratuitamente, explica o dirigente petista. É a percepção da gravidade da crise que enfrenta o país, uma crise global, política, econômica e social, "extremamente interligada e inseparável, é que leva hoje o PT a ter sua capacidade de intervenção na conjuntura política completamente dependente, seja da alternativa de poder própria que formule para o conjunto da sociedade, seja da alternativa de poder já existente e com a qual, eventualmente ele decida compor. E impossível hoje fugir deste dilema e

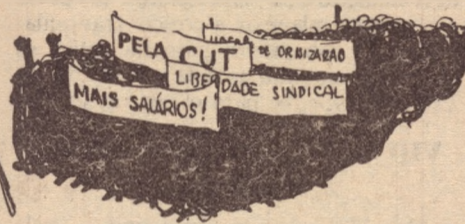
**A última reunião da Executiva Nacional do partido esteve cheia de surpresas. De um lado a substituição do Secretário Geral, de Jacó Bittar por Francisco Weffort; e de outro o início de uma discussão sobre a tática geral do PT para o período atual trazendo para o primeiro plano a questão do poder, da alternativa de governo que o partido deve apresentar na conjuntura.**

**Apesar de apenas exploratória e preliminar a discussão avançou bastante apontando para a superação**

**próxima de alguns impasses que têm marcado a trajetória do PT desde longa data. O caráter do partido, a questão do poder e das**

**alianças, a luta contra a ditadura estão no foco desta discussão que certamente inaugura uma nova fase no debate petista.**

**É o que fala Weffort numa entrevista exclusiva ao EM TEMPO.**



evitá-lo implicará na paralisia total do partido", conclui taxativamente Weffort, insistindo na profundidade da questão em debate.

Pessoalmente Weffort se coloca pela primeira das opções acima: "creio que a saída para o PT está no partido vir a se afirmar como polo aglutinador dos vários segmentos de esquerda da sociedade brasileira, partidários ou não, tendo como centro a luta contra a política econômica e a ditadura, a luta pela democracia enfocada por meio de uma alternativa própria de governo que o partido venha a lançar para o conjunto da sociedade."

O alcance desta formulação, ilustra Weffort. "nos obrigará a retomar questões que nunca trabalhamos no partido com o devido cuidado, como por exemplo a questão da constituinte, da sua relação com a luta por eleições diretas, de como tocar de fato na massa com estas campanhas etc".

Ou, visto por outro prisma, "a partir deste debate e da definição que o partido venha a

**O que estamos enfrentando agora é nada mais nada menos que a formulação de uma alternativa de governo do partido para a sociedade.**

tomar frente à disjuntiva que a conjuntura lhe coloca, a partir daí passará a ter sentido falar-se de uma direita, um centro e uma esquerda (dentro do PT) em virtude mesmo dos posicionamentos face às opções que se colocam". Pois se até hoje o PT cresceu em cima do "denominador político comum da independência dos trabalhadores, agora, as questões propriamente políticas entrarão em primeiro plano, estarão colocadas diretamente no problema do poder a ser enfrentado".

A esta altura Weffort faz uma pausa para ressaltar o caráter inconclusivo, aberto, desta discussão no partido: "é importante ter isso em conta, que as pessoas estão chegando a esta discussão, na sua maioria, sem posições rígidas, pré-definidas; as pessoas estão abertas a reavaliações, o debate enfim é rico e

produtivo e não apenas uma disputa de posições".

E novamente insiste na origem da discussão: "por trás de todo este debate está o ritmo

**Particularmente, acho que o PT deveria buscar se afirmar como um polo aglutinador dos vários segmentos de esquerda da sociedade brasileira.**

acelerado de evolução da crise atual; a crise precipitou-se com toda a gravidade e está aí a nos cobrar respostas. Até um tempo atrás só víamos a crise política e é por isso que as divergências em torno da constituinte insistiam na vinculação desta bandeira com a tese da institucionalização do regime. Hoje a situação é diferente, a linha de resistência não basta mais. A resistência é suficiente numa situação onde você ainda não tem força para passar à ofensiva e onde quem detém o poder está com as iniciativas. Atualmente não é nenhum exagero dizer que a turma do lado do Figueiredo já não governa mais, está paralisada nas suas iniciativas, simplesmente detém a máquina governamental, o país está literalmente entregue ao FMI e quem manda mesmo hoje é o Delfim que o faz sem a mínima credibilidade necessária para se falar seriamente de um governo com maiúscula."

Do outro lado, continua Weffort. "a linha da conciliação topa com crescentes dificuldades, surpreendentes para muitos deles, chocando-se especialmente com a rigidez do regime. Ou seja, tanto Figueiredo como Tancredo, para pegar duas pontas, não têm hoje a credibilidade necessária para uma solução da crise. O governo perde a iniciativa e o projeto de conciliação não vingará. Nesta situação, e nós? O problema do poder está colocado imediatamente, e aí ou oferecemos propostas próprias ou iremos de roldão no meio desta crise".

Aqui, Weffort abre parênteses para uma digressão "clássica", insistindo antes de mais nada "que não devemos abusar de exemplos ou modelos". Confessando particular interesse atualmente nas leituras sobre a história das revoluções e certas obras clássicas, o dirigente petista insiste em que "não vivemos em

absoluto uma situação revolucionária, longe de mim este ufanismo, mas é bom lembrar que na história as revoluções sempre foram surpreendentes, imprevisíveis, mesmo há um ano de distância de sua eclosão. Repito, não vivemos uma situação revolucionária, mas o pessimismo dos que estão por baixo, quanto ao destino das coisas no país, casado com a falta de governo, nada mais do que uma inércia governamental comandada por Delfim, esta situação não pode perdurar muito tempo, para ninguém, nem para nós em particular".

Este o pano de fundo que explica a ansiedade com que a direção do partido se volta hoje para a questão em debate sobre o problema do poder. E aí Weffort volta às alternativas que acredita se colocarão para o partido, descendo agora a ilustrações de uma e outra política: "uma alternativa seria o partido se engajar na luta por diretas, buscando uma aliança com setores liberais do PMDB e PDT (solicitado a dar exemplos, ele cita Ulisses e Brizola) e disputando aí para o PT uma

**Esta nova discussão, aprofundada, tende a superar de vez o dilema entre o PT como mero partido de expressão ou como partido mesmo.**

posição de participação no governo que eventualmente viria a ser constituído no futuro. No entanto eu, particularmente, não acredito nesta proposta. Estou sim por uma campanha por diretas mas com uma candidatura própria do partido tentando aglutinar os setores e segmentos mais à esquerda dos demais partidos, buscando ser um polo de atração (Exemplos? Arraes, Chico Pinto, Corrente ou Tendência Popular Esquerda do PDT, setores da igreja, sindicalistas vários, outros setores populares etc)."

A constituinte, no entender de Weffort "pode se colocar nas duas hipóteses, mas não como um preliminar e sim com um segundo passo, isto é, eleições diretas e constituinte. É importante no entanto deixar claro que a conjuntura mudou, e que por isso se antes a constituinte tinha um papel de institucionalização do regime, hoje, dentro do novo quadro de crise global, o seu significado é completamente outro e é por isso que ela é necessária."

Mas esta polarização dos segmentos de esquerda tomara a forma de uma frente ou bloco? Weffort acha difícil de se avaliar hoje: "as frentes no Brasil sempre sofreram da fraqueza dos partidos, da sua falta de raízes e representatividade. De início acredito que este processo se dará de forma mais fluida, frouxa, mas é o processo que irá definir o grau de organicidade que a luta poderá tomar."

O tema, frisa Weffort, "é muito preliminar e não devemos puxar o carro na frente dos bois, com previsões imponderáveis. O importante é o partido entender e avançar nesta discussão e posicionamento. Uma discussão em aberto, repito, onde todos temos o que aprender, um tema novo, para o qual não temos receitas ou modelos e onde cabe ao conjunto partidário elaborar e precisar a posição que o PT irá lançar na conjuntura. Não cabe assim especular hoje sobre hipotéticos desdobramentos de tal ou qual linha."

Finalizando, Weffort faz um balanço mais geral: "Este debate apenas se inicia; o PT ainda vive hoje, na sua maioria, a discussão sobre o caráter do partido. Se somos um partido de mera expressão das lutas dos trabalhadores ou se nos afirmamos como partido mesmo, no seu significado mais pleno e efetivo, ousando disputar o poder. Creio no entanto que, entrando neste debate agora sobre as alternativas de poder, na prática, este dilema entre partido de expressão ou partido mesmo fica superado. Mas esta discussão tem que ser cuidadosamente conduzida pois se ela é clara para alguns dentro do PT, para a grande maioria é uma questão que apenas se inicia e que ainda é percebida de maneira muito imprecisa e parcial. Por isso insisto que a maneira de se levar a discussão deve ser bastante aberta, tão ou mais importante este aspecto metodológico quanto o próprio conteúdo das posições em confronto."

# No Sul, a derrota dos 113

Nas cinco primeiras pré-convenções zonais, de um total de seis, realizadas nos últimos dias 11 e 18 de setembro, a articulação "PT-83: Um passo adiante" foi amplamente majoritária, obtendo mais de dois terços dos votos e aprovando em todas as zonais a plataforma política e a proposta de constituição de um Diretório Municipal em Porto Alegre. A articulação "Manifesto dos 113" que reuniu entre outros, os militantes do jornal "O Trabalho", um setor ligado à Igreja, o vereador Antônio Holfeldt e sua assessoria, além de cinco integrantes da Executiva regional do Partido (Clóvis Ilgenfritz, Silvino Heck; José Luiz Cruz, Adeli Sell e Enid Backes) foi derrotada em todas as pré-convenções elegendo um terço dos diretórios e dos delegados à regional.

A maior derrota dos "113 no Sul" foi na Zonal 114ª (Zona Sul), onde a chapa liderada pelo operário da construção civil Pedro Carletti (PT-83) obteve 77% dos votos contra 23% dos "113", elegendo 23 dos 30 membros do Diretório e 12 dos 15 delegados à pré-convenção regional. Nas outras quatro zonais a votação da articulação "PT-83" variou de 65% a 67% e a articulação "Manifesto dos 113" de 35% a 33%.

## Oportunismo

Marcada pelo oportunismo, o destino da articulação que no Rio Grande do Sul se reivindicava do "Manifesto dos 113" não podia ter sido outro. Em Porto Alegre, onde o PT conta com 38 núcleos e pré-núcleos organizados, 23 de local de moradia, sete de categoria profissional e oito estudantis, esta articulação

## Resultados das Pré-Convenções do PT de Porto Alegre:

Zonal/Chapas	Votação	Diretório	Executivas	Delegados
1ª Zonal (1)	67%	20	5	5
(2)	33%	10	3	2
2ª Zonal (1)	65%	20	5	5
(2)	35%	10	3	3
112ª Zonal (1)	65%	20	5	7
(2)	35%	10	3	3
113ª Zonal (1)	66%	20	6	8
(2)	34%	10	2	4
114ª Zonal (1)	77%	23	6	12
(2)	23%	7	2	3

Chapa 1 — "PT-83: Um passo adiante"

Chapa 2 — "Articulação/Manifesto dos 113"

Delegados da Capital à Pré-Convenção Regional

(1) "PT-83: Um passo adiante" ..... 37 delegados

(2) "Articulação/Manifesto dos 113" ..... 15 delegados

TOTAL ..... 52 delegados

OBS.: Em algumas zonais houve pequenas diferenças de votação para o Diretório e para os delegados.

reúne exatamente os setores mais alertos a "correr por fora" do Partido nos movimentos sociais; dos militantes ligados à igreja que intervêm no movimento comunitário sem se organizarem nos núcleos até militantes como Enid Backes que no último ENCLAT não só não se submeteram às propostas de direção para a CET tiradas pelos delegados petistas

como articularam contra, em aliança com sindicalistas do PDT e reformistas.

Enquanto nos debates das primeiras pré-convenções, no dia 11, os "113" criticavam a proposta do PT chamar a composição de um bloco operário-popular com outras correntes que se reclamam do movimento operário e da luta pelo socialismo, com base numa plataforma de resposta à conjuntura, que

unifique os trabalhadores contra a ditadura e o imperialismo, três dias após, o secretário-geral do PT, Clóvis Ilgenfritz declarava nos jornais da grande imprensa que o "PT deve ter coragem de fazer alianças com outros partidos".

## Executiva: lição de democracia

Ao contrário do que ocorreu em São Paulo, o regimento aprovado pelo diretório regional gaúcho, garantia a representação da proporcionalidade na eleição das Comissões executivas dos diretórios. As chapas, ao serem registradas, deveriam respeitar a proporcionalidade estabelecida para o Diretório e a ordem de colocação dos nomes nas listas.

Assim, a maioria pôde escolher os cargos de sua preferência na Executiva, mas a minoria teve a garantia de sua participação. Em Porto Alegre, pelo menos, os "113", que não passaram de 1/3, não observaram os mesmos inconvenientes apontados em São Paulo para que se pratique a democracia interna.

O melhor exemplo do espírito partidário e comprometimento com a unidade e a democracia interna no Partido foi demonstrado no encerramento da pré-convenção da 1ª Zonal na eleição da executiva. A articulação "PT-83" que obteve 67% dos votos contra 33%, propôs uma chapa para a executiva que tinha cinco militantes da chapa majoritária para a Presidência, Secretaria geral, tesouraria, as 2ª e 3ª suplências e três militantes da minoria ("113") para Vice-Presidência, 1ª e 4ª suplências. Ganhou a democracia interna, a coerência política e o PT.

## EXTRA



## Olívio Dutra Uma avaliação crítica dos 113.

Em entrevista exclusiva, o presidente do PT gaúcho marca as suas divergências com os métodos da proposta dos 113.

Aqui no estado, a proposta do PT é um indicativo, uma referência em todas as intervenções no campo popular, nas mobilizações estudantis, na organização dos desempregados. Em todos esses momentos, a proposta política do PT tem estado presente e até puxado esses movimentos. Agora, há uma queda enorme entre a presença do PT nesses espaços e o seu grau de organização no estado. E isso tem que ser tocado pelas duas propostas que estão hoje movimentando o PT.

No documento de articulação a nível regional, intitulado "Contribuição ao debate", é feita uma avaliação da direção do PT no RS, onde é apontado o seu caráter federativo. Isso possibilita, segundo os companheiros, uma concepção fechada e rígida de partido, que não permite dar um salto de qualidade e fazer o partido avançar. No teu entendimento, o que significa essa avaliação de que o PT gaúcho tem uma direção federativa?

**Temos que preservar a presença dos companheiros que não fecham em ponto e vírgula com as propostas que a direção tenha.**

Olívio — Eu acho que esta colocação do documento "Contribuição à discussão" está equivocada. Talvez seja uma autocritica dos companheiros que o subscrevem, na medida em que grande parte delas são membros da Executiva Regional e outras instâncias de direção do partido. E se são direção do partido, tiveram oportunidade e um espaço grande para fazer com que o partido agisse de forma a não ser uma soma de tendências. E eu penso que o partido não é isso. O partido tem uma proposta que é forjada na luta dos trabalhadores. É assumido aqui no RS por um conjunto de trabalhadores do campo e da cidade de diferentes graus de informação, de diferentes origens, todos eles empenhados na construção de uma proposta política autônoma, construída e dirigida pelos próprios trabalhadores, que aponte para a construção

de uma sociedade socialista. Esta é a visão que orienta a direção do partido. O grau de entendimento, o nível de formulação teórica dessas questões são realmente diferenciados. Porque diferentes são as experiências que os trabalhadores têm na história política de nosso país. O partido tem que ser capaz de acumular experiências e a direção do partido tem que ser capaz de compreender essas diferenças e não buscar anulá-las, mas fazer com que elas confluam. E eu acho que vem sendo esse o trabalho da direção do PT no RS.

De outro lado, eu acho que o documento PT-83-UM PASSO ADIANTE tem coisas discutíveis e polêmicas e algumas até equivocadas. Assim, para que os entendimentos tanto de um documento quanto de outros sejam aprofundados, é preciso que o debate se socialize dentro do partido.

No RS, essa questão do caráter federativo da direção tem que ser até preservada, pela origem do partido, sua proposta democrática. Temos que preservar dentro do partido a presença e a participação dos companheiros que não necessariamente fecham em ponto e vírgula com as propostas que a eventual direção tenha. Eu sou um dos que lutam para que haja diversidade de opiniões dentro do partido. Temos que estimular o debate, não escamotear diferenças de posições, mas tratar politicamente as divergências.

**Neste sentido, a resolução aprovada pelo Diretório Regional Gaúcho, estabelecendo o direito de proporcionalidade na composição das comissões executivas, conforme a proporcionalidade aprovada para os diretórios seria o entendimento que garante essa unidade na diversidade....**

Olívio — Perfeito. Ela é uma posição do partido a nível nacional e aqui no estado foi melhor trabalhada. Não há uma orientação sobre como traduzir a proporcionalidade na executiva. Mas há a posição, que é correta, de que deve haver proporcionalidade na direção do partido, seja do diretório, seja na executiva. Isso dinamiza o partido, na medida em que nós formos vencendo os ranços, os preconceitos, o sectarismo, os vícios entre os compa-

nheiros que detinham posições políticas anteriores ao PT, que são os vícios também da esquerda. Assim, não pode haver exclusão de nenhum companheiro e de nenhuma corrente. Essa é a forma de solucionar politicamente a existência de diferenças no interior do partido.

Nas cinco convenções realizadas em Porto Alegre, foi aprovada a existência, conforme orientação do Diretório Nacional, de um diretório municipal. No seu entendimento, qual seria o papel de um diretório municipal nas capitais onde existe mais de um diretório zonal ou distrital?

**Avalio que a questão dos 113 trazida para cá, automática e mecanicamente, é irreal. E até mesmo em São Paulo cabe uma avaliação.**

Olívio — A existência de mais de um diretório em cidade com mais de um milhão de habitantes é um dispositivo autoritário da lei do regime. É uma tentativa de fracionar o partido nos municípios que tem um clima político maior. Por outro lado, a organização do PT também leva a que estimulemos a organização nos bairros, nas comunidades, nos núcleos por local de moradia e por categoria e por local de estudo, assim como das zonais. Mas, precisamos ter uma direção política unitária para o município. Um organismo que facilite a construção permanente da política unitária do partido para o município. Esse é o papel do Diretório municipal. Um papel político de dar respostas imediatas e rápidas da visão do partido sobre problemas do município ou de fora do município. Esse diretório tem que ser representativo do que é o município. A sua direção deve refletir e ter dela participando companheiros de todas as zonais, dos núcleos. A direção municipal deve estimular, ao mesmo tempo, os núcleos, as zonais, mas deve costurar, ao nível de direção, o partido para sua intervenção ao nível do município.

(por José Carlos Oliveira)



# FALA JAIR MENEGUELLI

EM TEMPO entrevista • Coordenador Nacional da Central Única dos Trabalhadores

Sofrendo hoje de duas úlceras, uma no estômago e outra no duodeno, "que nasceram com a comida da Ford, mas se agravaram nos últimos anos", Jair está desde final de agosto praticamente desempregado: a Ford, onde sempre trabalhara desde 1963 (desde a época da antiga Willys) como ferramenteiro (com um salário hoje de cerca de Cr\$ 400 mil) depois da intervenção do Sindicato nas greves de julho já deu o aviso chamando-o ao departamento de pessoal.

te a questão mas pessoalmente eu acho que o importante é o reconhecimento pela massa de trabalhadores. Se o reconhecimento pelo governo implicar em qualquer atrelamento à estrutura sindical nós não o aceitaremos...

— Há alguma iniciativa parlamentar de projetos de lei para o reconhecimento? — Que eu saiba não, nem o pretendemos pelo momento. — A Greve Geral contra o 2.045; quais são as possibilidades, qual sua expectativa para o próximo mês de campanha?

— Eu acho que nós temos pela frente uma dificuldade estrutural: nossa debilidade orgânica é ainda séria, o país tem as

Depois da experiência das greves de julho, do Conclat, e agora com a CUT, a Greve Geral do dia 25 de outubro tem tudo para ser uma grande vitória da classe trabalhadora.

dimensões de um continente, etc. Mas veja, no 21 de julho, em 10 dias conseguimos aquele resultado. Agora, tendo havido o Conclat, com a CUT criada, com a experiência do que foi o dia 21 enfim, estou esperançoso que a mobilização será enorme, de que esta luta será uma vitória para a classe trabalhadora. Ainda na semana passada aprovamos todo um plano de organização e mobilização que estará agora sendo posto em prática por todo o país (ver resumo do Plano na matéria ao lado). Se é verdade que as dificuldades são muitas por outro lado o arrocho é maior ainda e a disposição de luta dos trabalhadores é cada vez mais clara.

— Fala-se hoje que o 2045 pode ser retirado ou mesmo derrotado. Nesta

hipótese como fica a campanha? Sai a Greve Geral?

— Na verdade o eixo desta campanha é hoje o decreto 2045; mas está claro nas resoluções do Conclat que o que queremos é o fim desta política econômica e deste regime militar. Somos contra não apenas o 2045 mas contra qualquer decreto de arrocho assim como somos a favor de toda uma série de reivindicações, da reforma agrária ao salário desemprego, passando por muitas outras. Assim não será a eventual retirada do 2045 (para talvez prevalecer o 2024) que irá impor uma revisão de nossa campanha. Com ou sem 2045 a organização e a mobilização seguirão andando no rumo da Greve Geral contra a política econômica que aí está.

— A seu ver qual a principal debilidade do 21 de julho a ser corrigida agora?

— Deixando de lado os problemas na preparação, na coordenação, que agora estão sendo melhor enfrentados pela CUT, o dia 21 não abarcou todo o país e mesmo em São Paulo predominou uma orientação de não se fazer nada, de ficar em casa, como se fosse um feriado. Nós queremos uma greve ativa, com assembleias e manifestações dos trabalhadores para que nosso repúdio à política de arrocho seja o mais forte possível. Pois se a greve é pacífica de forma alguma ela deve ser passiva.

— O calendário definido pela CUT vai cruzar no dia 30 de setembro com uma manifestação chamada por aqueles que não participaram do Conclat; qual a orientação da CUT para esta data?

— Em primeiro lugar não é em todos os estados que estão sendo chamadas manifestações para o dia 30. Por exemplo, no Rio de Grande do Sul não está. O que nós achamos é que onde houver devemos estar presentes e participando, entendendo estes eventos como uma dentre as várias manifestações de agora até o 25 de outubro.

— Entrando no tema da divisão que se estabeleceu no movimento sindical, como você acha que esta situação vai afetar a luta contra o 2045?

— Independentemente de se participar ou não do Conclat, da CUT, eu acho que é impossível que algum dirigente sindical hoje não se engaje na luta contra o 2045. Seria correr o risco da categoria passar por cima da direção, seria uma questão até mesmo de sobrevivência, enfim. É nossa

Vamos buscar contactos com todos os segmentos do sindicalismo na tentativa de se estabelecer a unidade na luta contra o decreto 2045.

disposição buscar contactos com todos os segmentos do sindicalismo na tentativa de se estabelecer a unidade nesta luta. Mas caso isso não seja correspondido por parte daqueles que não foram ao Conclat, então a CUT deflagrará o movimento com base no seu próprio calendário e aí quem não quiser ficar para trás terá que vir junto.

— Que expectativa você tem diante do "Conclat da Praia Grande"?

— Parece que vai sair o encontro, agora se vão fundar ou não uma central, aí eu tenho dúvidas. Me parece que a linha é mais no sentido de se apostar num desfecho fracasso da CUT para, aí sim, se propor uma central sem o ônus de divisionistas que fatalmente teriam se saíssem com uma nova central agora.

— Dentro os dirigentes sindicais que ficaram do lado de lá, como você vê a possibilidade de alguns deles virem a somar junto à CUT?

— Dentre os de maior notoriedade acho muito difícil pois como ficou claro a divisão foi em torno da questão do caráter da central a ser criada. Como disseram

vários porta vozes deles, queriam uma central por dentro da estrutura sindical vigente; de nossa parte queríamos e reafirmamos uma central que visa arrebentar com a estrutura sindical. Portanto a divisão política é profunda e não foi por outra razão que a Pró-CUT Nacional sempre esteve paralisada.

— Do lado da CUT, qual é a disposição de tratar esta divisão?

— Nós discutimos bem este assunto e prevalece a idéia de que devemos buscar contatos e tentar movê-los do propósito de se fundar uma outra central, que venham para a CUT. Embora imediatamente haja uma certa barreira a esta aproximação eu acho que a médio prazo, com a CUT e suas lutas se afirmando, aí sim pode ser que alguns dirigentes se aproximem da CUT.

— E a turma do Ari Campista, sai com uma central ou não?

— Eu acho que somente no caso dos que racharam com o Conclat saírem com a sua

Eu não acredito que o encontro da Praia Grande vá arcar com o ônus do divisionismo que seria tentar criar uma outra central sindical.

(o que reafirmo improvável) é que o Campista tentará também.

— E o Joaquinão, não meceria uma análise à parte?

— De fato é difícil precisar a linha que irá adotar; ele não se encaixa perfeitamente do lado de lá, aposta na Confederação dos Metalúrgicos depois da derrota na CNTI, está nos planos do governo como um possível interlocutor etc. Mas depois

que começou a descer a ladeira pode ser difícil parar, como foi difícil breçar sua categoria no dia 21 de julho.

— Passando agora para o plano interno da CUT e sua construção. Como se relacionar com o lado de lá no interior das Pró-CUTs estaduais, como renová-las, como levar a CUT às bases?

— Nossa orientação é continuar trabalhando normalmente no interior das intersindicais estaduais. E o único fórum legítimo para renová-las serão os Ceclats a partir do ano que vem, quando então se colocará aí o problema do posicionamento frente à CUT (ou a outra central, se for criada). Já houve reuniões de várias intersindicais depois do Conclat e os trabalhos vem correndo normalmente sem nenhuma hostilidade. Mas ao mesmo tempo, desde já, nós devemos ir tocando a nível das sub-regiões, dentro dos estados, a construção das CUTs regionais com seus delegados, congressos e novas direções criadas. O ABC irá fazer o seu agora nos dias 8 e 9 de outubro, a região de Piracicaba (também em São Paulo) já realizou o seu. Este processo é decisivo e deve ser tocado por todos imediatamente sem ter o que esperar. Isto porque é a este nível que se decidirá a questão do movimento sindical brasileiro, muito mais do que nos contactos e aproximação de cúpulas.

— Na questão da filiação à CUT, como ficou a regra agora com o quadro de divisão?

— Os estatutos aprovados determinam a filiação por entidade com base em decisões de assembleias. Isto vale desde já. Agora, para o caso daquelas categorias onde a direção é contra e obstaculiza a filiação ficamos de discutir, numa próxima reunião da direção, como normalizar a possibilidade de filiação por meio das oposições. É algo que ainda iremos definir pois os estatutos não previam este caso.



— E na questão da infraestrutura, como está a situação da CUT?

— Estamos numa sede provisória, em Santo André, mas deveremos breve ir para São Paulo. As fichas de filiação estão sendo impressas para começar a inscrição e as contribuições financeiras. Hoje, o caixa é praticamente zero e só com dificuldade é que conseguimos lançar o jornal (250 mil exemplares que está saindo esta semana).

Temos que atuar normalmente nas intersindicais estaduais mas ao mesmo tempo deflagrar o processo de construção da CUT nas sub-regiões.

Há projetos de campanhas financeiras e de ajudas imediatas por solidariedade (por princípio, desde que sem compromissos de qualquer espécie), mas nossa meta é a médio prazo alcançarmos a auto-suficiência. Um objetivo de curto prazo é a profissionalização da Executiva para que as tarefas possam ser toeadas sem maiores impecilhos.

— Mas não podemos pensar a infraestrutura da CUT apenas tendo em vista sua direção nacional; insistiu em que a importância decisiva estará é na implantação da CUT a nível das bases.

## 1) Greve geral

Caráter: a greve é de caráter político-reivindicativo.

Eixo Central: Decreto 2.045 e as bandeiras encaminhadas no documento enviado ao presidente da República, que são:

- Contra o Decreto-lei 2.045.
- Contra o Decreto-lei 2.036 (Pacote das Estatais).
- Pelo não pagamento dos 130% do BNH.
- Pela mudança da política econômica atual.

- Pelo rompimento com o FMI.
- Por liberdade e autonomia sindical.
- Por liberdade de organização política.
- Pela reforma agrária sob controle dos trabalhadores.

- Pelo não pagamento da dívida externa.
- Pela revogação da Lei de Segurança Nacional.
- Por eleições diretas em todos os níveis.
- Por estabilidade no emprego e salário desemprego.

- Pelo fim das intervenções nos sindicatos e pela reintegração das diretorias cassadas.
- Pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários.

### Plano de Ação

Será entregue ao presidente da República um documento contendo as resoluções do Conclat.

— Se até o dia 14 de outubro o governo não retirar do Congresso Nacional o Decreto-lei 2045, os trabalhadores irão à GREVE GERAL no dia 25 de outubro, conforme indicação do CONCLAT.

— A partir do dia 11 de setembro deve ser iniciado em todo o País um trabalho de divulgação da GREVE GERAL, através de

## Plano de Ação e Implantação da CUT

As deliberações da reunião da direção nacional, realizada dias 10 e 11 de setembro último em São Paulo.

pichações, cartazes, panfletos, rádio, imprensa escrita e televisada.

— Nos estados deverão ser iniciados, de imediato, debates com vereadores, deputados estaduais e federais, visando aos seguintes objetivos:

- a) o encaminhamento pela Câmara de Vereadores ao Congresso Nacional, de indicação exigindo a retirada do Decreto-lei 2.045 ou sua rejeição;
- b) ratificação da mesma exigência pelas Assembleias Legislativas;
- c) exigir dos deputados federais e dos senadores quorum para a rejeição do Decreto-lei 2.045;
- d) exigir que todos os partidos fechem questão contra o DL 2.045; e

e) Que todos os sindicatos mandem telegramas para os parlamentares exigindo a rejeição do DL 2.045 e comunicando que os que votarem contra os trabalhadores ou que não participarem da votação serão denunciados. O telegrama deve ser enviado até 30 de setembro para os deputados dos Estados. A direção nacional da CUT enviará telegrama para todos os deputados federais.

No dia 15 de outubro, deverão ser realizadas ASSEMBLEIAS ou PLENÁRIAS ESTADUAIS para dar o encaminhamento final à GREVE GERAL.

(Propostas para os trabalhadores rurais)

- 1 Providenciar finanças para a mobilização
- 2 Trabalhar com os SEM TERRA já organizados
- 3 Divulgar que o DL 2045 atinge os camponeses
- 4 Mobilizar nas barragens
- 5 Dar direção aos problemas da seca
- 6 Lutar por salário mínimo nas frentes de trabalho
- 7 Passeatas de panelas vazias nas concentrações
- 8 Cartazes e panfletos
- 9 Propagandear a luta pela terra
- 10 Exigir direitos trabalhistas para os bóias-frias (seguem mais 20 propostas)

### ORGANIZAÇÃO

Comando: Membros da CUT Nacional nos Estados, Intersindicais ou participantes do CONCLAT que fecharam com as propostas aprovadas no Congresso; Calendário: De 12 09 a 25 10 — Preparação da Greve Geral. 15 10 Fazer Assembleias Estaduais ou plenárias, preparando a Greve Geral e construindo os comandos. 18 10 Reunião dos dirigentes da CUT, por região. 21 10 Reunião dos 15 que compõem a Executiva Nacional

Mobilização:

- a Envolver o movimento popular e todas as entidades democráticas;
- b Elaborar cartazes, panfletos e bônus, unificados a nível nacional;
- c Pixações em todas as cidades com as reivindicações aprovadas, tendo sempre a sigla CUT;
- d Organizar debates na zona urbana sobre CONCLAT, CUT, GREVE GERAL, seus eixos e orientar o que fazer nos dias de greve; e Realizar assembleias nas categorias;

### Implantação da CUT

— Prioritariamente realizar encontros regionais para a criação das CUTs regionais. — A realização dos Encontros Regionais, visando a implantação da CUT, constitui uma tarefa prioritária a ser encaminhada pela direção da CUT. — Os próximos Enclats ou Ceclats, devem encaminhar as filiações das estaduais à CUT. — De janeiro à março de 1984, realizar encontros estaduais. — Para a implantação política, visita da direção nacional às Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais, CNBB, OAB, ABI, Movimentos de Direitos Humanos e outras instituições, criando fatos políticos. — Registrar o nome CUT (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES).

### Finanças

#### A - Filiação

1.A - Contatar as entidades que participaram do CONCLAT (fundadores da CUT) solicitando sua formalização como filiada, preenchendo pedido de filiação próprio e imediata contribuição financeira nos termos dos Estatutos.

2.A - As entidades que ainda necessitam de procedimentos internos de filiação, mas que reconhecem a CUT, devem contribuir imediatamente independente da complementação de seus procedimentos de filiação.

3.A - Nas entidades cujas diretorias ainda não reconhecem a CUT e nem se dispõem a filiar-se, independentemente da decisão de suas assembleias, serão organizadas pela Secretaria de Finanças campanhas que os delegados de base (que estiverem no CONCLAT) promovam arrecadações semestrais de contribuição equivalente a um mês de mensalidade da sua entidade.

#### B - Campanhas

1.B - Shows - organização de shows para sustentação financeira da CUT, utilizando-se de profissionais especializados, privilegiando as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

2.B - Brindes - confeccionar broches, chaveiros, camisetas, canetas, adesivos, flâmulas. De imediato adesivos com palavra de ordem de "GREVE GERAL - DIA 25 10 - CUT".

3.B - Bônus - Campanha especial a serem trabalhadas junto a pessoas de maiores recursos financeiros (parlamentares, profissionais liberais etc) através de Bônus para a implantação do Jornal da CUT com valor mínimo de Cr\$ 5.000,00. A secretaria financeira traçará metas e objetivos a serem cumpridos.

### C - Projetos Financeiros

1.C - A CUT encaminhará a solicitação de recursos para seu funcionamento através de projetos financeiros especiais, a entidades nacionais e internacionais, bem como a personalidades (parlamentares etc) que reconheçam a CUT, desde que resguardada a sua independência política.

Cabe a Executiva da CUT decidir a quem enviar as solicitações (Os estados deverão enviar à Secretaria de Finanças suas solicitações imediatamente).

2.C - A governos Municipais, Estaduais e Federal, a CUT deverá limitar sua solicitação a apoio de infraestrutura dos eventos programados.

#### \* Quanto ao dia 30/9:

A convocação do dia 30/9 não é de responsabilidade da direção da CUT. Naqueles lugares em que ela já está sendo convocada, deve ser aproveitada para divulgar a greve e suas bandeiras.

Naqueles lugares em que não está convocada, não cabe à direção da CUT fazê-lo.

#### Endereços:

Sede, Coordenação Geral, Secretaria de Relações Públicas, Divulgação, Relações Internacionais e Administrativa (Jair Meneguelli) - Av. Lino Jardim, 401-A - Vila Bastos - Santo André - CEP 09000 - São Paulo - Fone: (011) 440-1177.

Secretaria Geral e Secretaria de Organização (Paulo Paim) - Rua Pinto Bandeira, 513 - Porto Alegre - RS - CEP 90000 - Fone: (0512) 24-7329 ou 72-4955.

Secretaria de Finanças (Abdias dos Santos) - Tv. Cadete Xavier Leal, 31 - Niterói - RJ - CEP 24020 - Fone (021) 717-0713.

## CUT-Paraíba Organizar a luta

Com uma sede provisória na Associação do Magistério Público. (AMPEP - telefone 221-5986), a CUT-Paraíba já estruturou comissões de trabalho e procura atingir os sindicatos que não participaram do Conclat ou que ainda não se definiram por apoiar a CUT. A discussão sobre este último ponto foi no sentido de que se deveria "puxar" esses companheiros com propostas concretas e de luta da CUT, lutas unitárias como a greve geral contra o decreto-lei 2045.

Foi discutida também a prática de agitação e discussão, nas diversas categorias, da greve geral: divulgar as posições tiradas por todos os canais de comunicação possíveis, realizações de assembleias, e assim por diante.

A reunião seguinte já conseguiu avanços dessas comissões de trabalho. Por outro lado, a intersindical do estado, que congrega 25 sindicatos, dos quais 11 rurais, fez uma reunião relativamente esvaziada no dia 17/9, com a presença de apenas 11 sindicatos, todos urbanos. A opinião de alguns sindicalistas paraibanos é de que isso reflete a tendência da CUT de polarizar e organizar o movimento em torno da central. Os membros da CUT no

estado estiveram na reunião do dia 17 9 e assumiram a mobilização do dia 30 9, contra o arrocho.

Rio/Debate  
**A CUT, plano de lutas e greve geral**  
Diversos sindicalistas presentes no I Conclat o jornal EM TEMPO e o CECUT - Centro Cultural dos Trabalhadores, realizarão no dia 24 de setembro um debate sobre as propostas tiradas em São Bernardo.  
O Local do debate:  
Rua Tinharé, 212, Parada de Lucas, Rio de Janeiro, RJ (Sede do CECUT - Centro Cultural dos Trabalhadores)



## Campanhas Salariais

## Luta contra o decreto do arrocho

Em 1º de outubro, os metalúrgicos mineiros têm a data-base para seu acordo coletivo. São 180 mil trabalhadores daquele estado, que primeiro medirão forças com o decreto da miséria. Entre outros, negociam acordo, os sindicatos de BH e Contagem, Betim, João Monlevade e Sabará e a Federação, para os metalúrgicos não organizados em sindicatos. Todos estes sindicatos, já com a pauta de reivindicações pronta, não tomaram conhecimento do decreto-lei 2045.

Os metalúrgicos de Betim, não deixam por menos e querem de reajuste, o que estipula o artigo 2º da lei 6.708, que estabeleceu os reajustes semestrais: até três salários mínimos, 1,1 do INPC (62,9%) de reajuste.

## Rio de Janeiro

Neste estado, metalúrgicos e bancários já estão em meio de sua campanha salarial e não pretendem aceitar de cabeça baixa, mais este assalto preparado pelo governo. Os bancários, cujo reajuste salarial é feito ainda este mês, "irão à greve, se for preciso", de acordo com o presidente do sindicato, Roberto Percinoto. Já os metalúrgicos cariocas entraram em negociação com os empresários de Grupo 4 da Firjan (Fed. das Indústrias do RJ), apresentando 34 reivindicações: entre elas, um aumento de 71,76%, que equivale a 115% do INPC.

**Nos próximos meses, outubro e novembro, o movimento sindical nos principais centros operários do país tem tudo pra pegar fogo. Serão dezenas de sindicatos, reunindo milhares de trabalhadores das principais e mais mobilizadas categorias, que estarão no pique de suas campanhas salariais. Entram em luta, tendo por trás a violenta crise econômica e o desemprego cada vez maior e enfrentando pela frente o famigerado decreto 2045.**

Por Elvira Oliveira



## São Paulo

Em São Paulo, bancários, têxteis e metalúrgicos entre outras categorias, estão em campanha salarial e em luta contra o decreto 2045.

Os trabalhadores têxteis estarão divididos durante a negociação salarial. 17 sindicatos, dos 33 existentes em São Paulo não aceitam mais a tutela de sua Federação e negociarão em separado, pois segundo os dirigentes, a Federação, tradicionalmente, assina acordos prejudiciais aos trabalhadores.

Estes 17 sindicatos, que atualmente compõem a oposição à

diretoria da Federação, apresentarão uma pauta unificada ao sindicato patronal, reivindicando também a aplicação da lei 6.078, de 1979.

## Metalúrgicos de São Paulo

A mais numerosa categoria metalúrgica do país, iniciou sua campanha salarial no dia 16 passado, em uma tumultuada assembleia que reuniu mais de três mil trabalhadores.

A pauta, aprovada por ampla maioria do plenário (a única divergência se deu quanto ao método de formação das comissões de fábrica), reivindica: 87% de aumento real, para manter o

nível de salário e piso salarial de 172 mil (o atual é de 59 mil); redução da jornada de trabalho para 40h semanais, sem redução de salário; estabilidade por um ano; extinção das horas extras e pagamento das eventuais prorrogações de jornada, em caso de execução de serviços inadiáveis, com adicional de 200% por valor hora; indenização de 12 salários para os funcionários de empresas que encerrarem total ou parcialmente suas atividades por qualquer motivo.

Na mesa que dirigiu a assembleia, além dos representantes do sindicato, estavam três membros da atual Intersindical paulista, Azevedo, presidente cassado do Sindicato dos Me-

troviários; Jamil, do Sindicato dos médicos e Joel, presidente do Sindicato dos Marceneiros e os parlamentares metalúrgicos: Anísio Batista, do PT e Aurélio Perez, do PMDB.

Para organizar e dirigir a campanha salarial e a luta contra o decreto-lei 2045, foi votada uma comissão de salários, formada por representantes dos 13 setores existentes. São 26 membros ao todo, pois cada setor ou sub-sede elegerá dois membros. Decidiu-se também que haverá reuniões setoriais semanais, no intervalo entre as assembleias gerais.

Quando fechávamos a edição deste jornal, os trabalhadores da Villares de São Paulo entraram em greve contra as demissões que haviam começado.

Na greve realizada há três meses atrás, havia sido realizado um acordo entre os trabalhadores e a empresa que até o dia 30 de setembro ninguém seria dispensado. Mas no dia 20, a empresa dispensou 440 operários avisando que deveriam comparecer dia 3 de outubro para assinar o aviso prévio. Imediatamente os companheiros da liderança interna mobilizaram a fábrica evitando que os operários devolvessem as ferramentas, mobilizando para uma assembleia de manhã na porta da fábrica junto com a diretoria do sindicato. A assembleia decidiu-se pela greve, reivindicando estabilidade no emprego e comissão de fábrica.

Santarém-Pará  
Trabalhadores rurais  
denunciam manobra

Os trabalhadores rurais de Santarém-Pará estão à beira de um roubo escandaloso. Nas eleições sindicais de maio, a chapa encabeçada por Avelino Ganzer (membro da atual executiva da Central Única) massacrrou a chapa do agrupamento pelego pelo marcador de 4317 a 236 votos. Acontece que o pelego que encabeça a chapa perdedora tentou uma engenhosa trama para anular a eleição. Juridicamente, o recurso nem tem validade para dar entrada na DRT, mas consegue, até agora, congelar a conta bancária do sindicato, procurando causar um caos financeiros e organizativo. A manobra visa pressionar, junto com manobras movidas por políticos influentes da região, para que o Ministério do Trabalho anule as eleições.

Os trabalhadores de Santarém — em número especial de seu boletim **Lamparina** — cobram e solicitam o apoio dos parlamentares oposicionistas, da federação rural, da Contag, Igreja e demais entidades ligadas às lutas populares. Ao mesmo tempo, conclama os trabalhadores rurais de Santarém para manter a firmeza e garantir os resultados das eleições.

## Paraíba

O sindicato dos trabalhadores rurais de Pirituba, região da cana de açúcar na Paraíba, passou para as



mãos da chapa de oposição, a chapa 2, encabeçada por José Raimundo Andrade.

Depois de três anos de trabalho paciente na base da categoria, a oposição derrotou as duas outras chapas, a de continuidade, que teve 23 votos, e a chapa 3, apoiada pelo prefeito da cidade, do PDS, que conseguiu 251 votos. A oposição levou a taça logo no primeiro escrutínio, com 900 votos.

O enraizamento da chapa, assim como sua estratégica importância, na categoria de mais tradição entre os trabalhadores rurais nordestinos (canavieiros) reforça a luta e a CUT, pela qual a chapa de oposição já se definira.

Rio de Janeiro  
Servidores federais apoiam CUT

Com a presença de 107 delegados e 67 entidades, o encontro decidiu ligar a luta da categoria à dinâmica da Central Única.

Passando por cima de pelegos e reformistas, os servidores públicos federais apoiam a CUT e o plano de lutas do I Conclat. Aprovaram também uma pauta de reivindicações específicas.

Com a presença de 107 delegados e 67 entidades realizou-se de 9 a 11 de setembro no Rio o II Encontro Nacional dos Servidores Públicos Federais. Organizado às pressas e com normas ditadas basicamente por pelegos e reformistas, que procuravam dessa maneira controlá-lo, o encontro deu-se sob o impacto do I Conclat e da fundação da CUT que polarizou as discussões.

Desde o início, entretanto, nem tudo corria bem para os pelegos. O presidente da FASUBRA (Federação dos Servidores das Universidades Federais), o conhecido pelego Cavalcanti, recusou-se a participar do Encontro alegando não concordar com ele. Mas, uma categoria não passa em branco por duas greves nacionais em menos de um ano. Mostrando que os servidores das universidades já conseguiram construir nacionalmente uma alternativa de direção para o movimento, os delegados e as associações presentes repudiaram o

golpe e elegeram um representante para compor a mesa.

## A discussão da CUT

Logo no primeiro dia de discussão, ficou claro que para os pelegos e estalinistas o tiro havia saído pela culatra. Vendo-se em minoria num encontro que pensavam controlar, tentaram várias manobras para que a questão do I Conclat e da CUT não fosse discutida. No entanto, cerca de dois terços dos delegados presentes apoiou uma resolução indicativa às bases que, reconhecendo a legitimidade do I Conclat, e do seu plano de lutas, em especial a greve geral, combina a defesa da CUT ali fundada com a necessidade da unidade de todas as correntes do movimento sindical em torno dela. Desta forma, os servidores públicos federais converteram-se na primeira categoria a nacionalmente apoiar a CUT fundada em São Bernardo.

Após a votação, a representante da Associação dos Médicos Residentes retirou-se da mesa numa clara manobra divisionista. Com essa atitude evidenciava-se até onde vai o respeito de certas correntes às

decisões democraticamente tomadas.

## Plano de lutas

O encontro aprovou ainda uma pauta básica de reivindicações (complementação salarial em novembro, reajuste semestral em janeiro, 13º para os servidores estatutários e quinquênio para os celetistas, jornada de trabalho de 6 horas e piso salarial, de três salários mínimos) e um plano de lutas específico da categoria que aponta o dia 27 de outubro como o Dia Nacional de Luta dos Servidores Públicos Federais.

O Encontro mostrou que não há um sentimento de derrota pelo resultado da greve do semestre passado. Ao contrário, persiste um grande descontentamento dos servidores com as suas condições de trabalho. Mostrou também como é forte o sentimento de que a luta da categoria está ligada a dos demais setores de trabalhadores. O reconhecimento da CUT recentemente fundada é uma prova disso. Infelizmente, no entanto, avançou-se pouco nas tarefas práticas de organização dos servidores públicos federais.

# Há mais coisas nesse Planejamento Familiar do que supõe a nossa vã filosofia

Por Marília Carvalho e Tatu Godinho

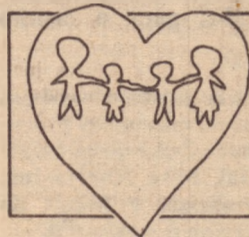
**1** A revista *Executive Intelligence Review*, de março deste ano, que circula entre os meios empresariais norte-americanos, ao analisar os acordos de empréstimos do FMI ao Brasil, afirma que, menos do que com a inflação, o FMI está preocupado com a "redução de importações e com a redução da população".

Uma política de redução da força de trabalho brasileira, através do agravamento das condições de vida já miseráveis dos trabalhadores — cada vez piores com a redução dos salários e o aumento do desemprego — se completa com um amplo projeto de controle da natalidade. Segundo a mesma fonte, a redução do crescimento da população é uma das exigências já feitas ao Brasil pelo FMI.

As declarações de dois assessores de David Rockefeller, feitas no lançamento da Comissão sobre a Dívida do Hemisfério Ocidental, na véspera da cerimônia de assinatura do empréstimo ao Brasil, não deixam dúvidas. Segundo eles, a redução da população é uma das condições para a concessão de empréstimos bancários. Só para se ter uma idéia, o banco de Rockefeller, Chase Manhattan (Lar Brasileiro) é dos únicos ao lado do City Bank, autorizado a operar em cruzeiros. E suas operações atingiram o valor de 25 milhões de dólares, só em 1982.

Fontes ligadas ao Ministério da Saúde, afirmam que o projeto deverá ser implantado até o final do ano, privilegiando nove estados. O problema de verbas já foi resolvido, como demonstra a presença da representante do OPAS (Organismo pan-americano, ligado às Nações Unidas) nas reuniões de consultoria do Ministério, encarregada de fazer a ligação entre o governo brasileiro e o Fundo das Nações Unidas que dará verbas para aplicação do programa.

Não podia ficar mais claro que o governo não está brincando de se preocupar agora com a "saúde da mulher". A pressão internacional exige eficiência. E apesar do texto do **Programa Integral de Saúde da Mulher**, feito pelo Ministério da Saúde, dar a entender aos mais desavisados que a ditadura tem boas intenções e até incorporou um discurso "a la feminista", o programa é na realidade um projeto de controle da natalidade em grande escala, que visa atingir principalmente as mulheres de baixa renda.



**Família é Amor**

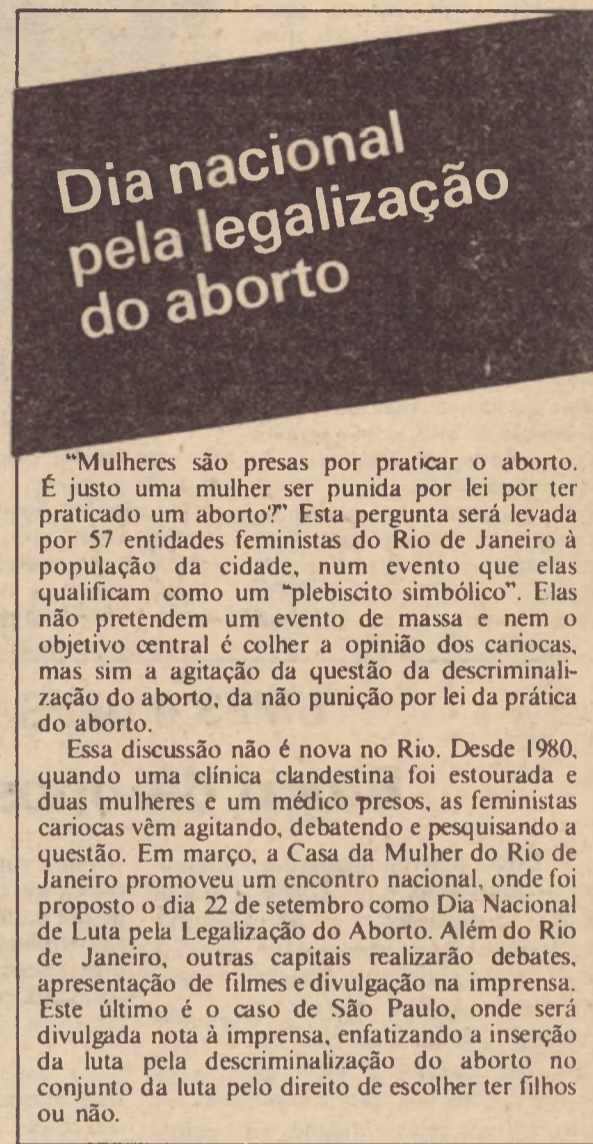
O comovedor logotipo do congresso do PDS

**2** O PDS articula seu projeto de controle da natalidade. Este projeto do Ministério da Saúde é apenas uma das pontas visíveis das articulações da ditadura em torno à questão do controle demográfico. Outra das manifestações evidentes é o "1.º Congresso Brasileiro de Proteção Materno-Infantil e Planejamento Familiar", a ser realizado nos dias 23, 24 e 25 de setembro, em Brasília.

Organizado e presidido pela senadora do PDS Eunice Michiles, o "Congresso" contará com as inequívocas presenças do Brigadeiro Waldir Vasconcelos, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, do ex-Ministro Mário Henrique Simonsen, do Dr. Nakamura (conhecido pela sua clínica em São Paulo, onde não se pode dizer que os interesses e a saúde das mulheres atendidas são a primeira prioridade), além de representantes do México e da Índia, dois países onde foram implantados em profundidade planos de controle da natalidade. Entre os homenageados, uma lista infindável de parlamentares do PDS, o jornalista Roberto Marinho (da Rede Globo) e nada menos que o presidente, General Figueiredo. Entre os agradecimentos, vários Ministérios, inclusive o da Saúde e o Movimento da Mulher Democrática Social, (o Departamento Feminino do PDS).

Para quem ainda tem alguma dúvida sobre as intenções do "Congresso", algumas opiniões de sua organizadora e "presidente de honra", senadora Eunice Michiles: "Como criar empregos suficientes numa economia pressionada pelo crescimento demográfico? (...) Recentemente, acontecimentos em São Paulo abalaram nossa consciência mostrando que alcançamos em nossas relações sociais o ponto de combustão. Operários desempregados promoviam desordens, desesperados com o espectro da fome rondando seus lares." "As classes brasileiras mais ricas, geram poucos filhos de alto padrão sócio-econômico. As mais pobres, que não tem acesso às informações e dos recursos para controlar a sua fertilidade, naturalmente são as que mais proliferam. Isso aumenta as desigualdades patrimoniais entre os indivíduos, dificultando uma realista distribuição de renda." "Torna-se, portanto, imperioso que o governo tome medidas no sentido de compatibilizar o nosso crescimento demográfico com os recursos necessários para atender a essa população emergente." (depoimento no Senado Federal a 28 de abril de 1983).

O mais provável é que o simpático "Congresso" seja uma via para o lançamento da proposta já adiantada pela parlamentar no Senado, de criação de um Departamento Interministerial de Planejamento Familiar (DIPLAF), diretamente ligado à presidência da República, para coordenar a "implantação de um Programa Oficial de Planejamento Familiar".



"Mulheres são presas por praticar o aborto. É justo uma mulher ser punida por lei por ter praticado um aborto?" Esta pergunta será levada por 57 entidades feministas do Rio de Janeiro à população da cidade, num evento que elas qualificam como um "plebiscito simbólico". Elas não pretendem um evento de massa e nem o objetivo central é colher a opinião dos cariocas, mas sim a agitação da questão da descriminalização do aborto, da não punição por lei da prática do aborto.

Essa discussão não é nova no Rio. Desde 1980, quando uma clínica clandestina foi estourada e duas mulheres e um médico presos, as feministas cariocas vêm agitando, debatendo e pesquisando a questão. Em março, a Casa da Mulher do Rio de Janeiro promoveu um encontro nacional, onde foi proposto o dia 22 de setembro como Dia Nacional de Luta pela Legalização do Aborto. Além do Rio de Janeiro, outras capitais realizarão debates, apresentação de filmes e divulgação na imprensa. Este último é o caso de São Paulo, onde será divulgada nota à imprensa, enfatizando a inserção da luta pela descriminalização do aborto no conjunto da luta pelo direito de escolher ter filhos ou não.

## O QUE É FEMINISMO 2

### Quando a mulher trabalha fora

**H**oje, na sociedade capitalista, é muito fácil distinguir o que é "trabalho de homem" — o trabalho assalariado, fora de casa, a produção — do que "trabalho de mulher" — o trabalho gratuito, em casa, ligado às tarefas de reprodução da força de trabalho. Esta divisão não era tão clara antes do capitalismo, quando o trabalho produtivo muitas vezes era feito em casa ou perto de casa e partilhado entre homens e mulheres. O capitalismo acentua e aprofunda a diferença entre o que é público, tido como setor masculino, e o que é privado, doméstico, familiar, área "das mulheres". No entanto, muitas vezes as mulheres serão chamadas a participar da produção, a se empregar como assalariadas.

Já no início do processo de industrialização, na Europa dos séculos XVIII e XIX, as mulheres, tal como as crianças, foram desenfreadamente exploradas pelos primeiros capitalistas. A disciplina, a paciência e a submissão, necessárias para o trabalho em regime fabril, são características aprendidas pelas mulheres durante toda sua educação, voltada

para as tarefas domésticas. Além disso, a mão-de-obra feminina fazia menos falta à agricultura, que ainda era nessa época o setor mais importante da economia.

#### Dupla jornada — dupla exploração

Já a situação inversa — os homens se responsabilizarem pelo trabalho doméstico — nunca é exibida nem apoiada pela sociedade capitalista. Isto significa que, mesmo quando trabalha fora, a mulher continua encarregada da casa e das crianças, resultando numa dupla jornada de trabalho. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontam que 46% das mulheres em idade ativa do mundo trabalham 80 horas por semana! O fato de homens e mulheres dividirem entre si o trabalho doméstico não resolve o problema (veja nossa última edição), mesmo porque devemos levar em conta os homens e mulheres solteiros e as mulheres que sustentam sozinhas suas famílias, etc. Mas essa divisão poderia amenizar bastante as condições de

vida de muitas mulheres, e também facilitar a sua participação política e sindical.

Há uma contradição entre a integração de uma parcela de mulheres no mercado de trabalho e a sobrevivência da família, pois o emprego possibilita alguma independência econômica e dificulta o cumprimento das tarefas domésticas. Em termos históricos de longo prazo, é essa contradição criada pelo capitalismo que cria as bases materiais para o surgimento do movimento pela libertação das mulheres, impensável antes do surgimento do sistema capitalista.

#### As mulheres são superexploradas

Quando arranjam um emprego, ou entram no mercado de trabalho, para falar como os economistas, as mulheres não são apenas tão exploradas quando aos homens. A subordinação proletária ao capital se articula com a subordinação de sexo da mulher, possibilitando uma superexploração das trabalhadoras.

Isso é evidente se tomamos os dados sobre salários: nos Estados Unidos, em 1966, as mulheres recebiam em média 56,5% do que recebiam os homens; no Japão, em 1981, recebiam 53,3%; no Brasil, em 1980, a média mensal de todos os trabalhadores brasileiros foi de 11 mil cruzeiros, mas, se tomamos apenas as mulheres, a média cai para 7 mil cruzeiros. Na região

metropolitana de São Paulo, o salário feminino é, em todos os setores industriais, igual ou inferior a 60% do salário masculino.

Essa diferença tem várias origens. Muitas vezes as mulheres recebem menos do que os homens, ainda que exercendo a mesma função. Além disso, existem as chamadas profissões femininas, categorias compostas quase exclusivamente por mulheres e tremendamente mal remuneradas. Assim, 32% das trabalhadoras brasileiras registradas no Ministério do Trabalho em 1970 eram empregadas domésticas; 16% eram empregadas no campo e 8% eram professoras primárias, somando 56% nas três categorias.

#### "Chefe mulher é uma droga!"

Além dessa concentração em profissões de baixos salários e com reduzida proteção trabalhista, as mulheres são discriminadas no acesso a cargos de chefia ou que exigem maior responsabilidade. Muitas vezes, essa discriminação se reduz à anotação em carteira: a mulher é registrada e recebe como ajudante, mas exerce uma função especializada. Uma demonstração disso: em 1975, 27% das mulheres de nível ginasial ou colegial recebiam até dois salários-mínimos, em São Paulo, enquanto para os homens na mesmas condições a taxa desce para 9,5%.

No caso das professoras, esta dificuldade de ascensão dentro da

própria categoria é evidente: no ensino primário, o mais mal remunerado, mais de 90% dos professores são mulheres; no ensino médio, a taxa cai para cerca de 50% e no ensino superior, apenas 20% dos professores são do sexo feminino. Mesmo dentro do primeiro grau, embora constituam a maioria do corpo docente, o número de mulheres diretoras de escolas não é proporcionalmente maior que o de homens.

Tudo isso nos revela que, seja na classe operária, seja nos setores médios, as mulheres recebem menos do que os homens, que já recebem pouco. Porém, a superexploração não termina aí. A subordinação da mulher no conjunto da sociedade e o reforço às suas características "naturais" de maior docilidade e disciplina são utilizados e reforçados. Neste reforço mútuo entre capitalismo e opressão de sexo é que se localizam as formas de exploração cotidianas do trabalho da mulher: ausência de banheiros femininos, maiores exigências de produção, maior disciplina no trabalho, cantadas dos chefes, etc.

É também aí que se localizam muitas das dificuldades na participação sindical das mulheres trabalhadoras: elas enxergam seu emprego como secundário ao seu papel de mães e esposas; não foram educadas para se manifestar no espaço do que é tido como político; sentem-se inseguras e também não têm encontrado nos sindicatos um apoio decidido à luta contra a sua opressão específica.

## MEC

## A serviço da privatização

O MEC deu mais um passo importante no sentido da privatização do ensino superior ao anunciar a intenção de estabelecer convênios entre a rede pública e privada de ensino superior, permitindo às faculdades particulares utilizar as instituições, laboratórios e bibliotecas das entidades governamentais.

A medida foi defendida também pelo representante das oitocentas instituições de ensino universitário da rede privada existentes no país, Cândido Mendes, como forma de fazer frente à crise por que passam estas escolas. E coincide com a disposição do MEC de não permitir a expansão da rede oficial do ensino superior em 1984.

Ao que tudo indica, o primeiro convênio será já feito entre a PUC de Campinas e a Unicamp. Há alguns meses, o diretor da ANDES, Carlos Martins, teve acesso à cópia



Esther Figueiredo Ferraz

de uma minuta estabelecendo as bases do convênio.

Se realmente implementada, a medida significará um notável reforço da privatização do ensino superior, ao colocar o capital social a serviço do capital particular.

## UNE

## Racha na diretoria

Em uma atitude insólita, dois diretores da UNE — Orlando Tomé Cordeiro e Adelmo Lindo Baiano — foram à imprensa denunciar o "enorme grau de partidarismo que as tendências políticas imprimiram a UNE". Eles próprios, no entanto, fazem parte de uma das tendências que compõe a diretoria da UNE e que tem tido, particular responsabilidade no distanciamento que a entidade se encontra dos estudantes.

O anúncio do racha ocorre a um mês do 35.º Congresso da UNE. De acordo com os diretores, que dizem ser porta-vozes da opinião de dez membros da diretoria (portanto a sua maioria já que esta é composta de dezenove membros), a decisão de tornar público o racha se deu em uma reunião marcada para o dia 10 de setembro a qual não compareceu a atual presidente da



Adelmo e Orlando: oportunismo

entidade. Esta, ligada à outra tendência que faz parte da diretoria, alega que chegou atrasada na reunião e que, além disso, esta não tivera quorum.

É este episódio, enfim, uma expressão eloquente dos descalinhos que as recentes gestões

da UNE tem imprimido à entidade. E um alerta importante para a responsabilidade do PT diante do Congresso próximo. Aliás, este deverá ser um dos temas importantes da pauta que a Comissão Executiva do PT discutirá no início de outubro.

## UMES e UPES/SP

## Bloco de oposição

A União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas e a União Paulista dos Estudantes Secundaristas realizarão nos próximos dois meses os seus congressos. Nestes anos de existência, estas entidades não conseguiram centralizar as diversas lutas que ocorreram nas escolas e nem mesmo as manifestações culturais e esportivas. De fato, a rigor estas entidades não existiram.

Para superar esta realidade, está se formando um bloco de oposição a atual gestão da UMES (Alicerce), aglutinando as correntes petistas, a qual pode vir a ser uma alternativa para a estruturação das entidades juntos às bases, ligando-as às lutas dos trabalhadores.

Só assim se conseguirá também criar uma alternativa visível à influência das correntes reformistas no movimento. (Por Adriana e Kennedy)

## UFRGS

## Diretas para reitor

Dia 22 de setembro,  
o lançamento da campanha.

A comunidade universitária da UFRGS, nestes três últimos anos, deparou-se com a arrogância, prepotência e autoritarismo do Senhor Reitor & Cia. Ex-integralista, o reitor Earle Macarthy enclausurou-se em seu gabinete: fechou as portas para qualquer discussão e negociação quando das lutas reivindicatórias dos professores, estudantes e funcionários, lançou a luminosa idéia da Portaria 03 do MEC — a portaria dos bandejeiros que liquidou em todo o Brasil o caráter assistencialista dos RU's, aumentou os efetivos e a violência da "guarda da Ufrgs", expediu portarias absurdas privando a livre manifestação dentro do campus universitário.

Esses apenas alguns matizes da continuidade de infundáveis reitores escolhidos a dedo pelo General presidente, indicados a partir de uma lista sêxtupla formulada pelos empoleirados "órgãos superiores" da universidade: o CU e o COCEP com a incumbência de desdobrar dentro da universidade a política assassina do regime militar.

Reflexos desta política, as universidades vivenciam hoje a maior crise dos últimos tempos: uma crise institucional combinada com uma crise financeira. O próprio MEC, desesperado, tenta recorrer as folhas que se desprenderam da árvore e deixaram a nu sua estrutura

condenada. O escabroso projeto MEC CRUB prenuncia a saída da crise no entender da cúpula: aos reitores a tarefa de comprar baldes, enche-los de folhas secas e despejá-los no mercado do trabalho. Ou seja, é conferido a estes obscuros senhores reitores plena autonomia administrativa, financeira e jurídica; criar e prover cargos dentro das universidades; desvincular os professores e funcionários do quadro do DASP, recorrer às empresas para custear o ensino, não sem as necessárias transformações curriculares que levam as universidades federais ao empresariamento educacional, a exemplo do que já acontece com as particulares.

As raízes, porém, são mais profundas. Para a comunidade universitária a questão da democratização da universidade se apresenta enquanto um confronto com o modelo educacional tecido durante anos pelo regime e com o consentimento do USAID. Assim foi em 68; assim o é em 83, com o aval do FMI. Confronto que faz transparecer a necessidade da universidade cumprir sua função social, voltada aos interesses dos trabalhadores. Qualquer outra via que o regime apresente como a do MEC CRUB — não passará de remendos a uma estrutura que já não se sustenta.

## Goiânia

## A luta pelo meio-passe

Confrontados e agredidos pela polícia, os estudantes da Universidade Federal de Goiânia reagiram, destruindo cinco ônibus no campus universitário. O fato ocorreu no dia 14 de setembro após mais de sete dias de mobilização estudantil pela conquista do meio-passe nos ônibus.

Neste dia, os estudantes que pulavam a catraca foram violentamente agredidos por funcionários das empresas de ônibus. Alguns destes chegaram, inclusive, a

apontar revólveres para os estudantes. Em seguida, três ônibus com estudantes foram encaminhados para o distrito policial.

Quando a notícia da prisão dos colegas chegou ao campus, os estudantes procuraram tomar alguns ônibus e dirigi-los até o distrito policial para libertá-los. Impedidos por policiais e fiscais da empresa, estabeleceu-se o confronto.

## Escola de Sociologia e Política/SP

## Rumo à estatização

Aqui, uma entrevista com Roberto Kyriakakis, diretor do Centro Acadêmico estudantil.

— Por que houve a invasão?

Roberto — No primeiro momento, nossas reivindicações eram meramente econômicas já que com o aumento de 58% nas mensalidades, a evasão escolar chegou à casa dos 70%. Depois de várias tentativas de negociação, o impasse foi criado pois a reitoria não cedeu em nada.

Logo após a invasão, foram encontrados dois documentos que provavam a ligação da Diretoria da Escola com grupos para-militares de extrema-direita que atuam em todo o continente americano. O primeiro documento era um convite, em papel timbrado da Federação Latino-americana de Entidades Anti-Comunistas que indicava um diretor da Escola para o cargo de secretário-geral da entidade anti-comunista.

Informava também que a sede da secretaria-geral da Federação funcionava nas dependências da Escola. O objetivo central deste documento era estender um

convite a várias pessoas para participar de um encontro onde se tentaria unificar os vários grupos espalhados no continente, no sentido de impedir a "ameaça marxista". Interessante: uma das pessoas para a qual o convite se dirigia era Anastácio Somoza Filho.

O segundo documento intitulado "Porque Eden Pastora?" pedia o apoio econômico, político e militar à Arde que atua na contra-revolução nicaraguense. Frente a tudo isso, decidimos pedir a demissão da Diretoria que pretendia fechar a Escola e transformá-la num centro de articulação da extrema-direita.

— O que foi feito a partir daí?

Roberto — Passamos a fazer uma série de contactos com várias entidades e parlamentares para evitar que o movimento ficasse isolado. A partir destes contactos, formou-se um Comitê de Solidariedade que realizou um ato público no dia 15 e passou a encaminhar nossas reivindicações. Esse comitê é

formado pela Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo, pela Associação dos Sociólogos do Brasil, pela Ordem dos Advogados do Brasil e Pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, além de parlamentares do PT e do PMDB.

— Quais são as perspectivas do movimento?

Roberto — Estamos caminhando para a estatização da Escola, pois essa é a única maneira de fazer com que acabe o descalabro a que ficamos submetidos já que documentos dão conta da má-versação de verbos, tráficos de poder etc.

A Escola precisa de toda uma reformulação pedagógica e estrutural. Para isso, é necessária uma ampla democracia, uma ampla liberdade de discussão e participação. Demos um passo importante já que checamos uma estrutura autoritária e apresentamos um projeto alternativo. Trata-se agora de implementá-lo.

1ª PARTE

# Para entender o racha do PCB

Publicamos nesta edição a primeira parte de uma longa entrevista com Armênio Guedes (membro do coletivo nacional dos comunistas), David Capistrano Filho e Marco Aurélio Nogueira, membros do coletivo estadual de São Paulo. Os três fazem parte da auto-denominada "corrente renovadora" do Partido Comunista Brasileiro, cujos integrantes recentemente foram vítimas de um expurgo decidido pela maioria do coletivo nacional do PCB. O episódio é importante por várias razões. Em primeiro lugar, a "corrente renovadora" se afirma com peso majoritário nas forças reais influenciadas ou dirigidas pelo Partido Comunista Brasileiro, seja a nível parlamentar, seja no movimento sindical. E isto acontece incontestavelmente pelo menos em São Paulo, o estado politicamente mais importante do país.

Em segundo lugar, é o rompimento de uma divergência que se desenvolve há vários anos no partido matriz do stalinismo brasileiro e que envolve divergências estratégicas em relação à crise da esquerda brasileira.

Por último, é um processo que guarda uma relação íntima com o processo de lutas desencadeado pelo movimento operário, como o ensaio de greve geral do dia 21 de julho e a realização do Conclat. A chamada "ala renovadora", que influencia o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, acabou se integrando ao processo da greve ao contrário do coletivo nacional do PCB que adotou uma posição de boicote. É um racha que, portanto, tem influência sobre a luta entre as várias correntes do movimento operário.

Aqui, publicamos a primeira parte da entrevista, historiando o processo do racha e seus principais momentos. Na próxima edição, publicaremos a segunda parte da entrevista que trata das posições políticas da chamada "corrente renovadora", acompanhado de um comentário nosso do seu significado no contexto da crise do stalinismo no Brasil.



**C**omo surgiu e quais foram os momentos mais marcantes desta dissidência do Partido Comunista Brasileiro?

**Marco Aurélio** — Esta não é propriamente uma dissidência do partido. É uma ruptura com um método de direção e com uma direção. No nosso modo de ver, a direção atual não tem sido capaz nos últimos anos de impulsionar a construção do PCB, levando-o a superar sua crise.

Do nosso ponto de vista, essa divergência, que hoje se expressa de forma mais acabada, existe desde o final dos anos cinquenta, como consequência do desdobramento do XX Congresso do PCUS (Congresso onde Krushev faz uma crítica dos aspectos mais evidentes do stalinismo) e gera uma redefinição da política dos comunistas. Com a **Declaração de março de 1958**, afirma-se o compromisso com a questão democrática e a ruptura com o dogmatismo de tradição stalinista.

De 1958 para cá, estas duas concepções sempre existiram. Podemos dizer que esta divergência se expressa em todos os momentos agudos de crise do partido. Mas estas duas concepções sempre conseguiram conviver, numa espécie de compromisso selado a partir de uma formulação política para a sociedade que era basicamente unitária: com a consolidação do regime militar, esta política se expressava na unidade das forças democráticas impulsionada pelo movimento de massas como forma de isolar e derrotar o regime.

Os anos de 1974 e 1975 representam o auge da repressão aos comunistas. É o término do ciclo repressivo que atinge brutalmente o conjunto dos comunistas e as suas direções. Esta repressão visava exatamente ferir esta política que vinha unindo o PCB, isto é, a unidade das forças democráticas para derrotar o regime. Foi uma repressão desproporcional ao peso **orgânico** do partido (dez dirigentes nacionais mortos e um desmantelamento em geral do partido).

Os comunistas entraram em 1976 com um vazio orgânico, que foi sentido especialmente em São Paulo. Assim, a repressão agrava um problema histórico dos comunistas (a distância entre o seu peso orgânico e a influência de sua política), exacerbando também as suas divergências.

O fato é que o coletivo nacional do PCB foi para fora do país e ampliou a sua defasagem com a realidade brasileira, a realidade da abertura. Perdeu o elemento de convivência com a modernidade do país. Mas, no período em que a direção nacional permaneceu no exílio, os comunistas que ficaram no Brasil não

ficaram inativos. Passaram a experimentar um processo de reorganização, feito em bases novas que refletia os novos rumos da conjuntura, do movimento sindical. Essa experiência de renovação da militância comunista obteve grandes êxitos, particularmente em São Paulo. Poderíamos afirmar que estes êxitos foram fundamentalmente dois: os comunistas se firmaram como uma vertente importante do campo democrático em São Paulo, articulando a sua unidade, contribuindo para a definição do perfil dessa frente; e recuperaram uma presença importante no meio sindical.

Esse período de vazio termina com a volta do coletivo nacional do partido. Ele se rearticula e, ao invés, de buscar uma espécie de síntese com este processo renovador, busca o enquadramento deste processo.

**David Capistrano** — A tensão, os choques que vêm daí se expressam mais claramente na trajetória do jornal **Voz da Unidade**. A afirmação da possibilidade de um jornal legal abertamente comunista, a sua organização e seu lançamento foram obra dos comunistas de São Paulo, com o apoio de alguns outros setores, como o do Rio de Janeiro, enfrentando resistências por parte da Direção Nacional. Estas resistências tinham a sua raiz tanto numa visão equivocada e tímida da conjuntura como pela consciência de que não poderiam controlar este órgão.

Desde o lançamento do jornal, em março de 1980, até maio de 1981, quando os fundadores abandonaram o jornal, houve todo um processo de desgastes e de calúnias. Acusavam-nos de direitistas, de anti-sovietismo. Neste choque, estavam presentes as duas concepções a que o Marco Aurélio se referiu: defendíamos um jornal com abertura para a pluralidade no universo comunista; eles queriam um jornal simplesmente porta-voz de suas opiniões. Assim, foi proibida, por exemplo, a continuidade iniciada no jornal do debate sobre o papel do chaguismo no Rio de Janeiro; sobre o PCB como "partido laico", isto é, desvinculado de uma doutrina rígida. Foi criada então uma comissão de controle da redação (formada a princípio por Armênio Guedes, Lindolfo Silva, Teodoro Melo) e essa comissão foi finalmente reduzida a apenas um membro do coletivo nacional. Para se ter uma idéia do grau mesquinho e deformado das questões que eram levantadas: quando da morte de Sartre, o jornal publicou uma página sobre a vida e obra do filósofo francês e uma nota pela passagem de mais um aniversário (o 56º) da morte de Lenin; pois o coletivo nacional criticou este

"destaque" a Sartre. De outra feita, discutiu-se se a expressão marxismo leninismo deveria ser escrita com hífen ou sem ele! Enfim...

Além deste episódio do jornal, o coletivo nacional tentou impedir a culminação do processo de reorganização dos comunistas de São Paulo e a consolidação de uma equipe dirigente, lançando mão do mesmo tipo de acusações que já vinha usando contra o nosso trabalho no **Voz da Unidade**. Para isto, procurou se apoiar na parcela dos comunistas que permaneceram na organização após a ruptura de Prestes mas que tinham uma concepção próxima dele.

**Marco Aurélio** — E o coletivo nacional fez tudo isso em nome de um projeto autoritário do partido, um projeto continuista, de eternizar um grupo dirigente. É um projeto que ainda não conseguiu se afirmar como direção. Diante da divergência Prestes, a atitude desta direção foi a de negar a discussão política a fundo da divergência e se limitou a uma espécie de tratamento disciplinar e estatutário da questão.

— Como vocês caracterizam a divergência Prestes?

**David Capistrano** — Prestes tinha uma concepção que levava ao estreitamento da frente de oposição contra o regime. Por exemplo, ele qualificava a ala que se desvinculou em um primeiro momento do PMDB e veio a formar o PP como linha auxiliar do regime. Na outra ponta, ela preconizava a formação de uma frente de esquerda como motor de uma frente democrática, que era o PMDB com a exclusão do PP. Basicamente, foi esta proposta, que prejudicava a luta democrática, que fez com que nós, comunistas de São Paulo, nos opuséssemos a ele. No entanto, reconhecemos que há entre nós e Prestes profundas concordâncias. Por exemplo, na crítica profunda da idéia da impossibilidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que foi durante todo o tempo a visão oficial, etapista, do PCB sobre a revolução democrático-burguesa. O fato é que o coletivo nacional se apoiou nos remanescentes prestistas para nos atacar, procurando se colocar como um centro, que criticava os desvios a esquerda (Prestes) e à direita (nós). Isto sem enfrentar as questões políticas a cada momento.

**Armênio** — O maniqueísmo que torna possível a noção "canônica" de "linha justa".

— E como se desenvolveram as divergências a partir da saída de vocês do jornal?

**Marco Aurélio** — Durante o ano de

1982, com as eleições, as divergências se mantiveram, mas sem choques maiores. Afinal, o ano eleitoral centralizava todas as energias e no que diz respeito às eleições não houve divergências profundas nas posições que eram de apoio ao PMDB. E, em geral, trabalhamos com os candidatos comuns.

**David Capistrano** — Já em dezembro de 1982, o coletivo nacional tentou fazer o chamado "acerto de contas" com os comunistas de São Paulo. Essa tentativa consistiu no veto à participação de dois representantes paulistas no seminário realizado no dia 13 de dezembro, na sede do **Voz da Unidade**.

Com esse veto, o nosso passo seguinte seria o abandono do seminário. Não concordávamos com o projeto continuista e excludente da direção. Mas o objetivo do coletivo nacional não veio a ser alcançado pela intervenção da polícia, que interrompeu o seminário e prendeu os presentes, como todos sabem.

Assim, o seminário e inclusive a forma como foi realizado perseguia objetivos de luta interna e não uma afirmação da política dos comunistas na sociedade.

**Marco Aurélio** — De dezembro para cá, se radicalizou de forma insuportável o caráter continuista do coletivo nacional. A nosso ver, é uma direção residual (dos 60 eleitos restam apenas dezoito) e há dezesseis anos sem realizar a renovação de sua delegação política.

**Armênio Guedes** — Na verdade, o chamado coletivo nacional faz tudo para congelar a renovação do movimento comunista, se apagando a velha imagem. Nem reconhece que o movimento comunista brasileiro vive uma crise. Se crê a vanguarda histórica da classe operária, o seu estado-maior, como se a legitimidade do PCB na sociedade fosse algo dado, permanente, não estivesse ameaçada.

**David Capistrano** — No período seguinte ao seminário, o chamado coletivo nacional desencadeou a operação legalidade como forma de obter a legitimidade interna.

**Armênio Guedes** — Uma campanha que não parte de uma análise da realidade política, que combine a conquista da legalidade com o processo de afirmação da legitimidade dos comunistas na sociedade. Uma campanha, enfim, que responde mais às necessidades da luta interna.

Excepcionalmente nesta edição, não está sendo editada a série sobre a "questão do partido na história do movimento operário e a seção "Preto no Branco".

**N**uma declaração surpreendente prestada nos últimos dias a jornalistas na Casa Branca, o Presidente Reagan afirmou que a União Soviética romperá o acordo de 1962, firmado com os Estados Unidos, quando da crise dos mísseis em Cuba. Por este acordo, a URSS comprometia-se a não mais fornecer armas ofensivas à Cuba em troca da não intervenção militar dos Estados Unidos naquele país.

O porta voz da Casa Branca, respondendo às perguntas dos jornalistas afirmou que a questão da invasão à Cuba não estava em consideração, mas a afirmação de Reagan é preocupante: "Com todas as coisas que estão acontecendo é melhor ficar calado."

Esta ameaça velada, a primeira feita por um presidente dos EUA desde aquela crise, vem confirmar os indícios de um recrudescimento dos Estados Unidos na sua intervenção na América Central. Primeiro o apoio à contra-revolução nicaraguense; depois as manobras navais em toda a costa centroamericana, e, agora, a ameaça de que a intervenção militar em Cuba não está descartada.

A partir destas afirmações desastrosas, do escandaloso apoio do governo de Honduras, a guerrilha contra-revolucionária tem intensificado seus ataques à Nicarágua. Pela primeira vez, desde a revolução sandinista, foram utilizados aviões em seus ataques. Dois aviões T-38, de fabricação norte-americana, bombardearam o porto de Corinto, o maior da Nicarágua, visando atingir depósitos de combustível ali existentes. No ataque, que também visava atingir um navio soviético que descarregava caminhões e tratores, um dos aviões foi atingido pela artilharia de defesa nicaraguense. Nos destroços do avião foram encontradas duas caixas de foguetes TG-7, de fabricação chinesa.

Os ataques foram reivindicados pela ARDE (Aliança Revolucionária Democrática), que através de seu líder Eden

## Nicaragua

# Começaram os bombardeios

**Operando a partir de Costa Rica e El Salvador, a contra-revolução bombardeia, através de aviões de guerra, a Nicaraguia. E Reagan já adianta a possibilidade de uma agressão à Cuba.**



O Cessna abatido pela artilharia nicaraguense

Pastora, o Comandante Zero, afirmou que "hoje nós temos três ou quatro aviões, amanhã eles serão oito ou doze, e no dia seguinte já teremos uma esquadrilha completa", numa clara ameaça de quem possui um sólido apoio por trás.

### Ataques a alvos civis

Alguns dias após, numa atitude inédita até então, realizaram-se novos ataques ao território nicaraguense, mas desta vez, objetivando atingir vários alvos civis, como o ataque à instalações pesqueiras na localidade de Padre Ramos. Depois esclareceu-se que a origem destes ataques, ao invés de terem sua origem na Costa Rica, partiam de bases militares em El Salvador. O governo costa-riquenho afirmou em nota oficial, que os aviões Cessna partiram da Costa Rica, no aeroporto Tobias Bolano em direção à base militar de Ilopango, a maior de El Salvador, onde foram carregados com bombas de 200 quilos, a partir de onde se dirigiram à Nicarágua.

Ao mesmo tempo, enquanto o governo sandinista rechaçava estes ataques, era sabotado o único terminal de desembarque de petróleo, em Puerto Sandino, numa operação anfíbia espetacular, que fez lembrar operações idênticas realizadas anteriormente pelos "boinas verdes" norte americanos. O ataque, realizado durante a noite, foi executado com extrema precisão, sem deixar qualquer pista e com completo sucesso. Imediatamente, o coordenador da Junta de Governo nicaraguense Daniel Ortega, atribuiu o atentado à Agência Central de Informações, informando que este afetara sensivelmente a distribuição de petróleo em Manágua, mas que prontamente tudo voltaria ao normal.

Todas estas atividades demonstram o quanto está investindo os Estados Unidos na derrubada do governo sandinista, e indica que para a concretização destas idéias genocidas não existem limites.

**O**s problemas de Jaruzelski não se resumem a controlar o movimento dos trabalhadores poloneses. Há pressões internas, da própria burocracia e setores ligados ao poder, e pressões externas, da União Soviética, principalmente. Tudo isso gerando um clima de insatisfação e insegurança para aqueles que, de uma forma ou de outra, apóiam as medidas adotadas para "normalizar" o país.

Como o Solidariedade está vendo esses problemas e de que maneira pretende tirar proveito deles?

EM TEMPO publica um resumo de um documento que analisa as tensões internas da burocracia, elaborado por dirigentes do Solidariedade de Varsóvia.

Se não chega a ser um estudo acabado das contradições de um aparelho burocrático, o documento tenta, com sua análise, fornecer

subsídios para que os militantes do Solidariedade possam refletir sobre a necessidade (ou não) de se alterar programa e táticas.

"A guerra política do Solidariedade tem duas frentes. A que podemos chamar de 'primeira frente', e onde temos atuado com mais resolução, é a arena onde se defrontam poder e sociedade. A 'segunda frente' não é senão a das lutas internas do poder. Lutas que se travam em diversos níveis: entre partido e

administração do Estado, entre as forças de segurança e o Exército, entre os 'liberais' e os 'duros' e, enfim, entre os diversos indivíduos ligados ao poder.

Os burocratas do POUP têm, atualmente, uma grande preocupação a lhes tirar o sono: como evitar serem definitivamente eliminados de cena pela nova 'elite caqui' que vem ocupando os postos-chaves em todos os setores do poder? Esse, certamente, é um importante fator que está animando uma 'oposição interior' da POUP. Tal 'oposição' congrega antigos ministros e vice-ministros, funcionários do Comitê Central e diversos 'caciques' de departamentos que perderam seus cargos mas não sua influência. Essa gente anda colocando em xeque algumas decisões da Jaruzelski, principalmente no plano econômico, e, ao menos tempo, engrossando as fileiras do PRON — Movimento Patriótico de Renovação Nacional, como o próprio nome diz, de cunho nacionalista e ideologia de 'salvação nacional'. Vejam vocês quem ele reúne: antigos integrantes das forças de segurança da década de 50, 'arrepentidos' de todos os matizes e católicos (dos setores mais conservadores da Igreja).

De qualquer forma, vêm do PRON algumas das críticas mais contundentes à situação atual da Polônia, o que é bastante significativo.

No próprio exército, espinha dorsal de todo o atual sistema de poder,

há sinais de descontentamento, embora ambíguos. Uma parte dos generais 'fecha' com a posição de Moscou, de desconfiança em relação a Jaruzelski; outra, mais liberal, preocupa-se com as reivindicações da sociedade, recebe o apoio de técnicos das três armas e dos quadros das academias militares. Mesmo assim, é preciso ter em mente que são apenas sinais, não tendências. O Exército, por causa da sua disciplina, de seu isolamento da sociedade e por sua doutrina, permanece monolítico. O que vale dizer: continua sendo a base mais sólida de sustentação da ditadura militar.

### A influência da URSS

A política de Moscou em relação à Polônia tem a ver com a atual confusão reinante entre os círculos de poder. Mas, é difícil saber até onde vai essa influência. Lá, também, há luta interna e está complicado verificar qual é a verdadeira força de Yuri Andropov.

De qualquer maneira, um fato salta aos olhos: Moscou está cada vez mais descontente com a política de Jaruzelski. Não gosta da maneira 'pouco incisiva' com que vem tratando a Igreja e condenou veementemente o acordo celebrado com Glempl por ocasião da segunda visita do Papa ao país. Tanto assim que os ataques à João Paulo II foram muito mais violentos.

foram muito mais violentos nos meios de comunicação da URSS do que nos da Polônia.

Mas, as críticas não se têm limitado a artigos irados e comunicados oficiais carregados de censuras.

Recentemente, durante a reunião dos secretários de comitês centrais, realizada em Moscou, a Polônia foi, literalmente, humilhada. O país foi rebaixado à categoria de 'nação que apenas construiu as bases do socialismo', ao lado do Vietnã, Cuba e Coreia. Dos tempos de Gierk até essa data, fazia parte, ao lado da Alemanha Oriental e da Hungria, do grupo das 'sociedades socialistas desenvolvidas'.

Podemos até rir dessa classificação, mas devemos ter consciência do que ela representa. De acordo com a doutrina comunista, a construção das bases do socialismo significa, acima de tudo, a coletivização da agricultura e a eliminação dos inimigos ideológicos. No caso da Polônia, o inimigo ideológico é a Igreja.

Fundamental para os militantes do Solidariedade é analisar o seguinte: qual o significado de todos esses acontecimentos e lutas internas para a sociedade?

Não podemos nos deixar iludir por esta ou aquela posição de algum elemento do aparelho de poder. Assim como a demissão de uns e a chegada de outros deve assumir proporções maiores do que as necessárias.

Entretanto, ter consciência disso não quer dizer que subestimamos a luta interna da burocracia. Esses desentendimentos na esfera do poder aceleram sua desestabilização. Portanto, são tendências importantes que devem ser levadas em conta no levantamento do quadro geral dos enfrentamentos sociais. Só assim poderemos tirar partido deles".

## Polônia

# O Solidariedade analisa os impasses da burocracia



A burocracia soviética, em reunião realizada em Moscou, rebaixou a Polônia de "sociedade socialista desenvolvida" a "nação que construiu as bases do socialismo".

## Argentina

## Da ditadura à incerteza

A ditadura fecha seu ciclo com um estridente fracasso nos três objetivos que a burguesia queria alcançar empregando métodos de guerra civil: quebrar a continuidade no desenvolvimento ideológico-político do movimento operário; sanear as bases da economia e dar lugar a um novo período de crescimento; recompor o espectro partidário, construindo dois grandes partidos burgueses capazes de garantir a estabilidade política e o controle social.

A tentativa custou dez mil mortos, trinta mil desaparecidos, milhares de pessoas torturadas e enterradas por anos na prisão, repressão, medo e miséria para a população, milhares de exilados... Mas os militares dobraram os joelhos perante a resistência operária e popular e os chefes da burguesia encontram-se hoje com os pontos débeis de seu sistema de dominação multiplicados.

Com a retirada das forças armadas concluiu-se a última tentativa de bonapartismo militar cuja inviabilidade foi comprovada três meses depois do golpe de 1976, com o completo controle do governo por parte do capital financeiro internacional e seus beneficiários argentinos. Nem o paternalismo do Gal. Onganía em 1976, nem a demagogia do Gal. Peron em 1973, nem a ferocidade do Gal. Videla em 1976 mostraram-se capazes de controlar e represar as forças sociais desatadas por uma crise global, profunda como nunca antes na história do país e definitivamente irreversível nos marcos do sistema capitalista.

Os partidos e as forças armadas constatarão nos últimos vinte e cinco anos que não podem governar. Cada um, por sua vez, limitou-se a pilhar, com tanto mais empenho quanto mais claramente se percebia a inviabilidade de qualquer política de longo alcance. A Argentina entrou em parafuso e afundou-se numa decadência que não perdoa nenhuma área e não reconhece limites para continuar caindo. As iminentes eleições constituem uma manobra para permitir a retirada em ordem dos militares, evitando o choque com uma realidade que converteria suas divisões internas num confronto armado entre suas forças, ponto de partida de uma guerra civil.

A realidade que os generais não se atrevem a confrontar nas atuais condições resumem-se em quatro pontos: a responsabilidade pelo desaparecimento de 30 mil pessoas; o roubo escandaloso que elevou a dívida externa de 5 a 50 bilhões de dólares em 7 anos; o roubo de outros 50 bilhões de dólares aos trabalhadores, a quem se reduziu os salários em 50%; e o descontrole geral da economia; a ignominiosa derrota, a imperdoável traição das Malvinas.

Os partidos burgueses não são mais capazes do que os militares de enfrentar essa herança. Por muito menos do que isto entregaram voluntariamente o poder em 1976. Mas servem para canalizar momentaneamente a crise, ganhar tempo, permitir uma depuração nas fileiras militares que devolva às forças armadas a capacidade de se lançarem contra o movimento operário e a população oprimida.

Por isso, as eleições expressam ao mesmo tempo a vitória da resistência operária e popular e a margem política que ainda resta à burguesia em função da incapacidade dos trabalhadores para apresentar sua própria alternativa. Essa margem, tem que se assinalar é suficiente para driblar a conjuntura imediata; mas não o é de modo algum, para recuperar o desastre econômico, conter a ira social e garantir a estabilidade política.

**Eleição sem alternativa**

Pela primeira vez desde seu aparecimento,

**Derrotadas, divididas, repudiadas pela população, as forças armadas voltam aos quartéis. Num quadro de completa decomposição do regime, crise econômica e vigorosa mobilização social, a Argentina se aproxima das eleições de 30 de outubro.**

Por Marcelo Zugadi



As greves continuam a agitar a Argentina: a recente greve dos ferroviários paralisou os trens por 24 horas.

em 1945, o peronismo não está seguro de ganhar as eleições. O candidato da UCR (União Cívica Radical, o tradicional partido dos fazendeiros deslocados, apoiados nos votos da classe média alta) polariza a direita e o espectro independente. As probabilidades, contudo, estão do lado do candidato peronista, Italo Luder. Mas a simples possibilidade de sua derrota mostra o colapso do movimento peronista que em 1973 tomou o poder com 65% dos votos e o apoio explícito de quem hoje é seu adversário, UCR.

A reorganização do Partido Justicialista (peronista) deixou um saldo inequívoco. A direita (os homens que em 1973 puseram em ação os esquadrões da morte para assassinar os opositores dentro do próprio peronismo) tomou o controle do partido e as candidaturas-chaves (Luder, com sua aparência liberal, é uma simples marionete que obteve a máxima candidatura pela sua condição de "independente" dentro das múltiplas tendências internas); Essa direita está representada pelos burocratas sindicais (Lourenzo Miguel é a máxima autoridade do partido) com o qual se manifesta, ao mesmo tempo, a impossibilidade de manter um peronismo com apoio de massas sem a presença — distorcida e pervertida, mas de todo modo perturbadora — do movimento sindical. A esquerda peronista que escolheu se manter dentro do movimento, sofreu um completo fracasso, ficando reduzida a um mínimo inócuo no aparato partidário e nas candidaturas, obrigada a votar por aqueles que nos últimos dez anos organizaram o extermínio sistemático de seus militantes.

**O fracasso da esquerda**

Assim, não há eleição para os trabalhadores; os candidatos não se diferenciam por seu programa mas apenas e minimamente por seus métodos. Tampouco se diferenciam na desconfiança que geram, por razões opostas, tanto na burguesia quanto no operariado. O

movimento operário, porém, votará no peronismo. É seu único ponto de referência política, e as comissões clandestinas de fábrica, os grupos que desafiam e repudiam os burocratas nos sindicatos, as mulheres e homens que derrubaram a ditadura, estão limitados a se expressar votando no peronismo.

A esta situação se chegou pelo oportunismo e o sectarismo da esquerda que foi incapaz de apresentar uma alternativa real.

A esquerda peronista se manteve no movimento com os resultados assinalados. O Partido Comunista, que no início do ano apresentou candidatos próprios, um operário da construção civil e uma telefonista para presidente e vice, os retirou um mês atrás para apoiar incondicionalmente os candidatos presidenciais do peronismo. O Movimento ao Socialismo (MAS, ex-PST) acentuou seu giro oportunista propondo um partido do tipo do Partido Socialista Operário Espanhol. Naturalmente reproduziu todas as características

reacionárias do PSOE com o detalhe de não contar com o menor apoio do movimento operário.

Outro partido, Política Obrera, decidiu desenhar uma caricatura do partido de massas dos trabalhadores e se transformou por si e perante si em "Partido Obrero". Do sectarismo, PO passou ao oportunismo propondo uma frente eleitoral com um partido burguês, o Partido Intransigente, e forças da esquerda. Como esta tática também fracassou, acabou nomeando como candidatos a um dirigente sindical classista e de combativa trajetória e a uma mulher de relevante participação na luta pelos desaparecidos e os direitos humanos.

O resto da esquerda, esfalado e desorientado em sua maior parte, optou por entrar em partidos burgueses como o PI ou a UCR, ou tentou inutilmente forjar as bases de um autêntico partido dos trabalhadores.

A legalização do MAS e PO, que apesar de suas mínimas forças obtiveram conjuntamente mais de cem mil filiações, somada ao crescimento do PC e o peso nas bases da esquerda peronista, prova que a criação de um Partido dos Trabalhadores, apoiado nos inúmeros grupos sindicais que canalizam o ativo operário, era uma possibilidade real. Mas a combinação de oportunismo e sectarismo faz com que o movimento operário e seus aliados cheguem às eleições sem nenhuma alternativa por responsabilidade direta das principais forças da esquerda.

**O que virá**

O quadro geral do país, a impotência da burguesia para resolver os problemas mais cruciais das massas, o estado do movimento operário (houve duas greves gerais exitosas que paralisaram a totalidade do país, e outra em andamento no momento em que fechamos essas páginas) e a extensa e profunda insatisfação das massas, configuram uma situação pré-revolucionária que se afirmará na medida em que cresçam as mobilizações. O futuro governo não poderá conter esse curso. Poderá, sim, desviá-lo momentaneamente e retardar sua eclosão. Mas a estabilidade burguesa, a recuperação da economia e o controle do movimento operário estão excluídos. As forças armadas e os comandos para-militares se manterão de sobre-aviso. A vanguarda do movimento operário tirando conclusões dos erros que hoje a imobilizam deverá edificar um Partido dos Trabalhadores capaz de lutar pelo poder e pelo socialismo.

## Chile

## Rumo à guerra civil?

A situação política chilena na fase atual encontra-se marcada pela combinação de três características. A primeira delas, e mais importante, é a continuidade e o alargamento da onda de protestos de massa contra Pinochet os quais se chocam contra a couraça repressiva do regime. O décimo aniversário da instauração da ditadura Pinochet foi marcado por atos em todo o país. Mais dezessete manifestantes foram assassinados pelos carabineiros nos últimos dias.

O clima de radicalização é particularmente sentido nas chamadas "poblaciones", na periferia de Santiago. A revista *Latin America Letter*, divulgando informações de um dirigente da esquerda chilena, afirma que a fabricação de coquetéis molotov e o pedido de armas se generalizam nestes setores populares. A revista democrata-cristã *Hoy* assinala o "estado de subversão" na periferia enquanto o bispo-auxiliar de Santiago fala que o clima de tensão política se desenvolve como uma "bomba de tempo prestes a explodir". Jarpa, por sua vez, está convocando os civis partidários de Pinochet a constituírem grupos armados de auto-defesa.

A continuidade do ascenso popular, por

sua vez, contribuiu para neutralizar as manobras da ditadura Pinochet que se dirigiam no sentido de dividir a oposição e isolar a esquerda. Como se sabe, o preposto de Pinochet, Sergio Jarpa, vinha realizando gestões junto à chamada Aliança Democrática, composta majoritariamente pelo Partido Democrata-Cristão chileno, para discutir um plano de transição com o apoio da Igreja.

O esforço de Pinochet para retomar o diálogo com as forças mais conservadoras da oposição é demonstrado no caso Seguel. Seguel, dirigente da Confederação dos Trabalhadores no Cobre, havia sido preso após uma entrevista qualificando Pinochet de "ditador fanático, absurdo e obcecado". Em greve de fome na prisão, aceitou a mediação da Igreja enviando ao arcebispo de Santiago uma retratação. Em resposta, Pinochet expediu a ordem de sua soltura.

A terceira componente da crise chilena continua a ser a ausência de uma proposta política forte o suficiente para se impor como alternativa à negociação de uma transição controlada com Pinochet, proposta que é defendida pelo Partido Democrata-Cristão e pelas forças majoritárias do Partido Socialista.

## EM TEMPO:

**Conselho Editorial:** Aloísio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, Virginia Pinheiro, Juez Guimaraes, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes,

**Jornalista Responsável:** Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

**EM TEMPO** é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.549/0001-10.

**Sucursal:** Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - Sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

Após a derrubada do Boeing coreano

## REAGAN RELANÇA CORRIDA ÀS ARMAS

A derrubada do Boeing da Korean Air Lines foi usada pelo governo Reagan para abastecer a histeria anti-comunista e criar condições favoráveis ao deslançamento da corrida armamentista.

A reação das grandes potências capitalistas ao incidentes seguiu o caminho e o tom americanos. Em primeiro lugar, não colocaram em questão a versão divulgada pelo departamento de estado norte-americano, apesar desta apresentar pontos claramente contraditórios. Na verdade, os fatos divulgados mais recentemente indicam fortemente que se tratava de uma invasão voluntária do espaço aéreo soviético.

Os países membros da OTAN (com exceção da França, Grécia e Turquia) adotaram o boicote aéreo da linha de aviação Aeroflot pelo prazo de quinze dias. O Congresso americano votou por unanimidade propostas de orçamento bélico. E, em uma medida criticada pelo secretário-geral da ONU, os Estados Unidos impediram que o representante soviético à 38.ª Assembléia Geral das Nações Unidas, Andrei Gromiko, utilizasse aeroportos civis para desembarcar nos EUA. A sede da ONU fica em Nova Iorque e desde 1947 é considerado território livre, não sujeito a vetos do governo norte-americano.

Assistiremos no próximo período ao impasse das negociações entre os EUA e a URSS e a novos lances na escalada bélica. E a esperança se volta cada vez mais para a continuidade e aprofundamento das grandes mobilizações anti-bélicas que continuam a se desenvolver principalmente nos países capitalistas centrais.

O que se passou a 31 de agosto sobre o mar do Japão? A única coisa que parece ser absolutamente certa é que um Boeing da Korean Airlines transportando 269 passageiros foi abatido logo que penetrou no espaço aéreo da União Soviética. Como podia se esperar, um ato de consequência tão terríveis e tão revoltantes não podia senão provocar uma ofensiva anti-comunista. Ronald Reagan não tardou a colocar em julgamento "uma sociedade que nega os direitos do indivíduo e que procura constantemente dominar as outras nações."

Uma forma de fazer esquecer que há não muito tempo atrás, os Estados Unidos despejaram toneladas da napalm sobre a Indochina e que procuram hoje estrangular a revolução centro-americana. Mas o cinismo é um método de governo.

A cada dia, as "informações" e "explicações" fornecidas pelos serviços de propaganda dos dois blocos tornam mais tenebroso os bastidores do caso. As fontes ocidentais — americana e japonesa especialmente — reservam-se a não tornar público o conjunto de informações que possuem. As três questões essenciais que coloca a destruição do aparelho sul-coreano permanecem ainda hoje sem resposta.

### Três questões sem resposta

#### ● Por que a URSS agiu desta forma?

Contrariamente aos juízos afirmativos dos experts em guerra fria, é muito pouco crível que o Kremlin optou por abater um avião comercial com o fim de fazer uma advertência a Washington, no quadro das negociações em curso sobre os armamentos nucleares. Este ato, que ninguém pode justificar, coloca a URSS em dificuldade diante da opinião pública mundial ao mesmo tempo que abre espaços para o imperialismo. Ele arruina as tentativas diplomáticas soviéticas por sair de uma situação de confrontação — que impõe a ela um extraordinário esforço econômico — e voltar a uma situação de detente.

Resta a possibilidade de um "acidente", ou seja de uma decisão descontrolada de uma fração do aparelho dirigente. O que, em um país dotado de estruturas tão centralizadas e burocratizadas, diz muito sobre a crise do regime e sobre as contradições que o minam.

Em uma como outra, as hipóteses desconfirmam a tese americana de uma URSS coerente, dominadora e disposta de uma superioridade absoluta.

#### ● Como o Boeing sul-coreano pode desviar de sua rota?

As fontes ocidentais não forneceram até agora nenhuma explicação convincente das razões pelas quais o aparelho da Korean Air Lines, por duas horas e meia seguidas, circulou em uma zona estritamente interdita. O avião voava exatamente sobre a maior base de mísseis defensivos da URSS.

O erro de navegação é extremamente improvável. O 747 possuía um triplo sistema à disposição, isto é, três instrumentos de controle de rota a bordo. Não há como explicar que os três instrumentos entraram em pane ao mesmo tempo sem que os pilotos não se apercebessem da situação.

E mesmo neste caso, não se pode compreender porque os radares militares japoneses bem como os meios de controle civil — que não perderam o contacto com o aparelho e se comunicavam com ele — não intervieram para retificar a trajetória. Isto conduz inevitavelmente ao terceiro problema posto pelo drama.

#### ● Trata-se de um episódio de guerra dos serviços secretos?

Moscou acusa a equipe do Boeing de ter voluntariamente violado o espaço aéreo russo para uma missão de espionagem ou para testar os seus dispositivos de defesa. Esta é uma hipótese que ganha força à luz dos fatos novos que vão sendo relatados.

Por que o Boeing viajava com as luzes apagadas e não obedeceu as ordens do sistema de defesa soviético? Por que o avião coreano — como registraram os radares — encaminhou-se aparentemente para obedecer às ordens russas e, depois, fez uma manobra, como se buscasse a fuga? Isto junta-se ao fato de que por ser esta uma área perigosa (de acordo com as convenções internacionais "nesta região um avião pode ser derrubado até sem aviso", estes aviões são em geral dirigidos por militares, o que sugere que seus movimentos estivessem sujeitos a ordens expressas.

A despeito do horror que inspira a ação do caça soviético, esta explicação é perfeitamente verossímil. Os meios ocidentais recorreram frequentemente à esta prática

durante a guerra fria.

Marcel Le Roy-Finville, antigo responsável do SDECE, relata nestes termos as missões que ele encarregava certos pilotos de Caravelle da linha Paris durante os anos cinquenta: "o que eu peço é bastante arriscado: a partir de pretextos que lhe pareçam plausíveis, o piloto deverá em certos momentos procurar sobrevoar um objetivo apontado pelos americanos. Sabe-se que os russos se irritam profundamente com os aviões ocidentais que "ciscam" em cima de seu território".

Confirmando a validade dessa tese, o General Gallois explicava, na rádio Europa, as vantagens do avião sobre o satélite para avaliar as instalações do solo: "A trezentos quilômetros de altitude, as fotografias apresentam bem mais imprecisões que as fotos tomadas de dez quilômetros de altura".

Ainda que o secretário de estado norte-americano George Schultz tenha taxado a afirmação soviética como uma descarada mentira, a Casa Branca se viu forçada a reconhecer a 4 de setembro que um avião espião norte-americano havia estado na região pouco antes do desastre.

Um avião de reconhecimento norte-americano RC-135 (que é um Boeing 707 modificado) voou perto do avião coreano frente à costa soviética e em um momento "cruzou caminho" com este, segundo indica um informe no Washington Post a 5 de setembro.

### Lógica infernal

Quaisquer que sejam as explicações verdadeiras, a catástrofe de 31 de agosto mostra-se um revelador das ameaças que a deterioração das relações entre os blocos faz pesar sobre os povos. Para sair de sua crise, restaurar a sua liderança na esfera de influência, assegurar a expansão de um complexo militar industrial cada vez mais possante, o imperialismo americano engajou-se numa corrida armamentista sem fim. Os orçamentos militares dos países da OTAN cresceram desmesuradamente. As armas nucleares de grande precisão vão começar a ser instaladas na Europa a partir do fim desse ano. Todas as forças convencionais estão sendo reorganizadas para que possam empreender uma guerra limitada na Europa.

Os estrategistas imperialistas nem procu-

ram mais o pretexto de um pretenso desequilíbrio favorecendo o Pacto de Varsóvia. Num recente artigo na revista *Air Force Magazine*, Collins Gray, conselheiro da Casa Branca, dizia cruamente: "Com o plano da OTAN de instalar 572 Pershing-2 e Cruise, não se trata mais de criar um equilíbrio face aos SS-20 soviéticos (...) A OTAN tem necessidade desses 572 foguetes quer existam os foguetes soviéticos ou não."

Diante de uma tal ofensiva, os burocratas do Kremlin só souberam responder aumentando o seu próprio potencial militar, com o fim de compelir o bloco adversário a sentar-se na mesa de negociações e sem que isso corresponda a reais imperativos de defesa contra o imperialismo. Eles entraram numa lógica de negociação com a OTAN. À perspectiva de implantação dos Pershing, eles responderam com a ameaça de uma instalação de foguetes de médio porte nas fronteiras da Europa Ocidental e só apoiaram o movimento pacifista ocidental quando ele aumentava conjuntamente a sua margem de manobra.

Essa engrenagem infernal se traduz assim para uma corrida em direção do abismo, por uma tensão incontrolável que pode, a qualquer momento, desembocar numa situação incontrolável.

### A intervenção dos povos

A destruição do Boeing sul-coreano constitui-se num tremendo golpe sobre todos que lutam contra o super armamentismo imperialista. Os governos ocidentais vão se beneficiar desse ato inqualificável para justificar sua orientação belicista. O sangue das vítimas ainda escorria quando Reagan pedia para os membros do Congresso americano "pesarem longamente a agressão soviética quando estudarem a segurança de nosso povo e de todos os povos amantes da liberdade". Eis que já fala em novos recursos financeiros para o Pentágono.

Entretanto, a ação das massas é mais do que nunca indispensável. Se existe uma lição a tirar dos últimos acontecimentos, é que nada de bom pode sair das negociações entre os dois blocos. São os povos que devem intervir para dar fim a um processo que pode conduzir a humanidade à destruição e impor o desarmamento universal.

